

a nação despertou?

o integralismo e sua cenografia (1932-1937)



monografia

IFCH UNICAMP

n. 23 - 2014

Thiago da Costa Amado

**A Nação Despertou?
O Integralismo e sua Cenografia
(1932-1937)**

Thiago da Costa Amado

**MONOGRAFIA
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES**

ISSN: 2236-9759

Diretor: Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor Associado: Prof. Dr. Jesus José Ranieri

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:
Prof. Dr. Jesus José Ranieri
Coordenação da Coleção Idéias:
Profa. Dra. Neri de Barros Almeida
Coordenação da Coleção Trajetórias:
Prof. Dr. Alvaro Bianchi
Coordenação das Coleções Seriadas:
Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira
Coordenação das Coleções Avulsas:
Profa. Dra. Guita Grin Debert
Coordenação da Coleção Clássicos:
Profa. Dra. Nádia Farage
Coordenação da Revista Cultural
Profa. Dra. Fátima Evora

Representantes dos Departamentos

Prof. Dr. Jesus José Ranieri – DS
Profa. Dra. Neri de Barros Almeida – DH
Prof. Dr. Alvaro Bianchi – DCP
Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF
Profa. Dra. Guita Grin Debert – DA

Representantes dos funcionários do Setor de Publicações e Gráfica

Maria Cimélia Garcia e Samuel Ferreira

Representantes discente

Gabrieli Simões (graduação) e Crislayne Gloss Marão Alfagali (pós-graduação)

Setor de Publicações

Maria Cimélia Garcia, Maria Aparecida Palma de Lima, Alcebíades Junior,
Christian Rodrigues e Daniel Fernandes

Gráfica

Samuel Ferreira, Cleusa Leite de Campos Schetini, Marcelo Santos Bolla e
Igor Santiago Raimundo

Projeto da capa e miolo

Maria Cimélia Garcia, Christian Rodrigues e Daniel Fernandes

Referência Imagem

Plínio Salgado. Caricatura de Alvarus. TRINDADE, HÉLGIO. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, SP: DIFEL, 1974. pp. 92-93.

Editoração e finalização capa e miolo

Setor de Publicações do IFCH

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Cora Coralina s/n.
CEP: 13083-896 – Campinas – SP
Tel. / Fax.: Livraria (19) 3521.1604 / Publicações (19) 3521.1603
pub_ifch@unicamp.br
<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>
www.facebook.com/publifch

Thiago da Costa Amado

**A Nação Despertou?
O Integralismo e sua Cenografia (1932-1937)**

Monografia de Bacharelado (HH 902) apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Michael Hall.

Prof. Dr. Michael Hall (orientador)

Campinas, 2013

[banca]

Prof. Dr. Michael Hall (orientador)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Dra. Endrica Geraldo

[sumário]

[agradecimentos]	09
[resumo]	11
[abstract]	12
[introdução]	13
[capítulo um] – Cenografia Integralista: Elementos para a Construção de um Problema	17
[capítulo dois] – A Cenografia do Privado	37
[capítulo três] – O Despertar de uma Nação	63
[conclusão]	87
[fontes e bibliografia]	89

Para meu vô Gilberto, um apaixonado pela história.
Para minha vó Carolina, pelo carinho e dedicação
de sempre.

Para minha vó Guilherma, sem a qual nada disso
seria possível.

[agradecimentos]

Tratando-se de um trabalho de final de curso, é compreensível que aqui eu agradeça não somente àqueles que estiveram envolvidos diretamente em sua elaboração, mas a todos os que, de uma forma ou outra, contribuíram com minha graduação como um todo.

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Michael, por ter aceitado orientar este trabalho, colocando-se sempre à disposição.

Ao Fernando Teixeira e à Endrica Geraldo agradeço por terem aceitado tão prontamente o convite de participar da banca de avaliação.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, sobretudo ao pessoal do atendimento, que me recebeu sempre com tanta paciência e disponibilidade.

À Renata Duarte Simões, que me encorajou no estudo do tema e me apontou possibilidades.

Aos funcionários do processamento técnico da Biblioteca do IFCH, que tornaram meu trabalho na biblioteca mais bem humorado e cheio de risadas.

Ao pessoal dos Arquivos Históricos do Centro de Memória – Unicamp, Fernando, Ema e Eliana, pelos três ótimos anos de convivência que me proporcionaram e pela compreensão na realização deste trabalho. Para a Aline destino um agradecimento especial, por ser minha cúmplice em fazer do trabalho horas descontraídas, pela ajuda de sempre, mas, sobretudo, pela amizade que construímos.

Aos meus colegas do IFCH, sobretudo ao pessoal da minha sala. Com eles aprendi o quanto jogar conversa fora pode nos ensinar muito mais do que uma pilha de livros.

Ao Lucas, Eduardo, Batman, Gustavo e, especialmente, à Robertinha, pelo companheirismo, pela amizade e pelos encontros semanais. Não há muito o que dizer aqui, eles certamente já o sabem.

Aos meus colegas de casa, Elizângela, Paulo e a mais nova moradora, Tami, por terem me proporcionado uma convivência doméstica tão agradável.

À minha família, para quem todas as palavras são poucas e os agradecimentos pequenos.

Seu Zé e Dona Mercedes sempre torceram por mim. Sua ausência deixa a tristeza de não ter podido mostra-lhe este trabalho. A eles a lembrança e a carinha de um neto adotivo.

[resumo]

Ao leitor que, de súbito, folhear um jornal integralista, não escapará certo espanto. Saltam, por entre os textos doutrinários, uma série de fotos ilustrando desfiles, paradas, velórios, casamentos, conferências e tantas outras formas de solenidades do movimento do Sigma. Se é verdade que podemos notar com facilidade o exagero nas descrições dos eventos, também o é perceber que toda esta cenografia não era pouco relevante ao movimento, sendo, pelo contrário, uma de suas principais marcas.

Entendendo o integralismo como um movimento de inspiração fascista, o presente trabalho tem procurado refletir sobre o papel desta cenografia na conformação de uma nova maneira de fazer política. Qual é a função destas cerimônias na lógica de organização de um movimento de tipo fascista? Esta é a questão central deste trabalho, da qual decorrem todas as outras.

palavras-chave: integralismo; AIB; Ação Integralista Brasileira; fascismo, rituais integralistas, rituais fascistas.

[abstract]

The reader who looks through an Integralist newspaper can hardly avoid a certain surprise. In the midst of the doctrinal texts there appear a series of photos illustrating parades, funerals, weddings, lectures and various other ceremonies of the movement.

While it is true that we can easily spot exaggeration in the descriptions of events, it is also clear that all this stage setting was by no means unimportant to the movement, but formed one of its principal characteristics. The present work understands Integralism as a movement of fascist inspiration and seeks to reflect on the role of these ceremonies in the shaping of a new form of political activity. What was the function of these acts in the logic of the organization of a movement of a fascist type? This seems to be the central question of this work, from which all the others derive.

keywords: Integralism; A. I. B., Brazilian integralist Action; fascism fascist rituals, integralist rituals.

[introdução]

“(...) A história no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se orna das sutis seduções do estranho (...).”¹

Diz-se do passado que está repleto de estranhezas. De fato, o olhar para um tempo já vivido, resguardado pelas diferenças, não pode livrar-se facilmente do estranhamento, por vezes agradável, por vezes desconcertante, mas quase sempre surpreendente, que este passado teima em colocar a sua vista. Responsável por um dos gozos estéticos peculiares à história, este passado ornado sedutoramente do estranho desafia-nos a compreender aquilo que nele é capaz de nos espantar, aquilo que, no mais das vezes, nos constrange pela sua aparente e, diga-se de passagem falsa, falta de lógica. Nada mais justo, portanto, que considerar o estranho, ou o estranhamento, como um legítimo começo para o trabalho do historiador. Partamos então daí, do estranho.

Em 20 de maio de 1934, um grupo de integralistas agitava a então capital da república. Às dezesseis horas e quinze minutos, o grupo, devidamente posicionado e uniformizado, composto por 4.135 integralistas, irrompia pela avenida Rio Branco ao som da Banda dos Bombeiros e da Banda de Tambores da Milícia, tendo voltada para si grande parte da atenção da população carioca que, ainda às dez horas da noite teimava em permanecer no local.

Seguidos quatro dias do ocorrido, o segundo número do jornal “A Offensiva”, de circulação nacional, cuidava de estampar em sua primeira página as impressões sobre o tal evento:

“A EMPOLGANTE PARADA INTEGRALISTA DO DIA 20. Como poucas vezes, A Capital da República Vibrou Intensamente, Dominada Por Um Sadio Entusiasmo e Extasiada Ante A Força, A Fé e A Disciplina Dos “Camisas Verdes”.

¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001, p. 44.

“Com Esta Parada, Diz o Chefe Nacional, Os Integralistas Não Interromperam Apenas o Trânsito Da Avenida Rio Branco, Mas Interromperam O Próprio Trânsito da História Do Brasil!”²

Um texto longo seguia estes escritos, narrando toda a marcha dos “camisas-verdes”. Narrava não só a marcha propriamente, mas toda a solenidade que a envolvia, dando o devido destaque a cada um dos momentos da celebração. Em relação à chegada da tropa assim mencionava:

“CHEGADA DA TROPA

Pelas 16,45 entravam na Praça Paris as primeiras bandeiras. Uma estrondosa salva de palmas acolheu os milicianos. Foi o corolário melhor que se poderia dar ao monumental desfile. A Tropa mostrou-se senhora de uma instrução militar a toda prova, realizando significativas manobras.

A Milícia desfilou em frente ao Chefe Nacional, contornando a praça, formando em seguida, por bandeiras, em frente às autoridades.

Feitas todas as coberturas, a praça dava um aspecto impressionante. Um grande retângulo verde, coeso, imóvel, parecia mais uma mole do que legiões formadas por milhares e milhares de homens.

A um brado de comando, a multidão verde agitou-se e milhares de braços estenderam-se para o alto, enquanto de todos os peitos saíam vibrantes: “Anauê! Anauê! Anauê!”

Era a continência ao Chefe Nacional.

A assistência freuiu de entusiasmo e não houve boca que não abrisse e não gritasse também: “Anauê! Anauê! Anauê!”

Enquanto isto, um avião particular voava baixo sobre o campo, completando a majestade da solenidade.”³

² A *Offensiva*, n. 2, 24 de maio de 1934, p. 1.

³ A *Offensiva*, n. 2, 24 de maio de 1934, p. 1.

O autor desconhecido parece não ter se preocupado muito em conter sua animação diante do que vira e talvez não fosse para menos. De um lado uma multidão inteira uniformizada, esticando seus braços em direção a um líder e bradando seus anauês. De outro um líder, também uniformizado, de baixa estatura, para o qual os braços convergem e para onde os gritos são dirigidos. O conjunto: um cenário militarizado, marcadamente autoritário e certamente simpático ao redator, pouco comprometido com valores democráticos.

A leitura inicial dos jornais integralistas leva-nos ao encontro das sutis seduções do estranho de que nos fala Bloch. Uniformes, juramentos, gestos, tudo isso parece impressionar o observador contemporâneo. Entretanto, não é nada difícil encontrar, em meio aos textos doutrinários e notícias dos mais variados tipos, longas descrições de eventos semelhantes a este. A marcha do dia 20 não era a primeira, não seria a última e tão menos consistiria de uma exceção.

Ao longo da existência da A.I.B., o movimento organizou uma série de marchas e comemorações dos mais variados tipos. De grandes desfiles a casamentos, de reuniões de núcleos a velórios, tudo foi alvo de investimento simbólico por parte dos integralistas. Se é verdade que é fácil notar alguma extravagância nas descrições destes eventos, também o é perceber que estas cerimônias não eram pouco relevantes ao movimento, sendo, ao contrário, uma de suas principais marcas.

Tamanha foi a preocupação neste sentido que não seria exagero falar em uma ritualística própria ao movimento, uma ritualística integralista, ou, como prefiro, uma cenografia integralista. O termo indica a existência de uma forma particular de elaborar cerimônias, uma forma calcada num conjunto de princípios caros ao movimento e que por esta razão teriam um caráter específico.

Admitida esta especificidade, a pergunta que daqui decorre é: no que consistiria de fato esta cenografia? Ou, dito de outra forma, qual é a lógica política que ordena este conjunto cerimonialesco?

Apesar de muitas vezes ressaltarem valores subjetivos, as cerimônias não podem ser compreendidas como simples delírios coletivos de uma população passional: sua função no movimento era muito mais complexa e possuía uma racionalidade política própria. As cerimônias não eram produzidas de modo

aleatório, não estavam entregues ao arbítrio daqueles que as organizavam. Ao contrário, sua organização seguia uma série de princípios que se fizeram explicitar ao longo das mais diversas demonstrações e que sintetizavam uma nova maneira de fazer e pensar a política: o fascismo.

Isto posto, fica evidente que a compreensão dos rituais deve vir destas novas concepções que orientam sua elaboração: a maneira de conceber o Estado, a sociedade, o partido, a classe, enfim, todo o arcabouço intelectual que organiza o pensamento integralista e que propõe novas relações políticas. A sensibilidade da explicação exige se compreenda o campo de ideias no qual a Ação Integralista Brasileira esteve inscrito e o conjunto de ficções políticas que a alimentaram. Foi pensando nisso que o primeiro capítulo dedicou-se a contextualizar o movimento, procurando explicitar as análises sobre sua natureza e as condições que daí decorrem. O objetivo deste capítulo é demonstrar a maneira pela qual o problema foi pensado, indicando os referenciais iniciais deste estudo.

Já o segundo capítulo destina-se ao estudo das relações entre os rituais e o mundo privado. Considerando que a questão do mundo privado foi elemento central na política de tipo fascista, a análise aqui realizada aponta a maneira pela qual os rituais atuaram nesta esfera, reconfigurando-a. O que se busca é compreender como os rituais agiram no processo de ressignificação e interferência do mundo privado.

O terceiro e último capítulo cuida da compreensão das cerimônias coletivas, aquelas que, realizadas em grupo, mobilizavam as massas integralistas. Seu objetivo é pensar o papel da massa, o papel do chefe e a relação simbólica tecida entre eles. A existência de tal capítulo está justificada pela relevância e atenção que o movimento destinou às massas, que lhe rendeu a classificação de primeiro partido de massas do Brasil, e pela evidente sintonia entre este modo de fazer política e a forma de se conceber as cerimônias. Traçado o breve roteiro, é daqui que prosseguiremos.

[capítulo um]

A Cenografia Integralista: elementos para a construção de um problema

O integralismo foi alvo de uma discussão particularmente rica nos anos de 1970. Os autores, à época preocupados em examinar as proposições teóricas dos pensadores integralistas, perguntavam-se em que medida o movimento poderia ou não ser enquadrado como um movimento de tipo fascista. São cinco os trabalhos essenciais que problematizaram este aspecto e que acabaram por impulsionar os estudos sobre o tema, procurando discuti-lo de formas diversificadas. Começemos, portanto, verificando como a historiografia tratou a questão da natureza fascista do integralismo.

Hélgio Trindade, cujo trabalho é considerado pioneiro, afirmou sobre o integralismo:

“É verdade que seu conteúdo ideológico se apoiou amplamente no fascismo europeu. Não se pode dizer, entretanto, que o integralismo tenha sido exclusivamente um mimetismo ideológico. A adesão ao fascismo de setores importantes da população e a aceitação de sua organização paramilitar, não se explicam sem condições internas favoráveis. Na realidade, tais condições surgem durante a evolução histórica entre duas guerras mundiais pela conjugação dos conflitos econômicos, sociais e políticos com a crise ideológica das elites intelectuais.”¹

A análise do autor aponta para o fato de que ainda que o integralismo se circunscreva a um contexto internacional de ascensão das ideias fascistas e que se alinhe com boa parte delas, sua existência também se deveu a condições internas favoráveis. A hipótese é de que algumas mudanças ocorridas no interior da sociedade brasileira nos anos vinte e trinta foram fundamentais para que um movimento de inspiração fascista surgisse no Brasil. Elementos

¹ TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, SP: DIFEL, 1974, p. 289.

como a crise da chamada república velha; a intensificação do processo de urbanização; o aumento de greves e de tensões sociais; e a fundação do P.C.B., são elencados pelo autor como características sócio-econômicas e políticas significativas para a estruturação do movimento. Somadas a estas, teríamos ainda algumas mudanças desencadeadas na esfera das ideias como, por exemplo, a aventura nacionalista, mudanças nos padrões estéticos de arte e cultura (boa parte delas desencadeada pela Semana de Arte Moderna de 1922) e o surgimento de um pensamento de “renovação espiritual”, conduzido em grande parte por um grupo de pensadores católicos.

Toda esta alquimia confusa comporia o substrato a partir do qual a Ação Integralista Brasileira teria se projetado. Ao tomar forma única, ainda que imerso num conjunto de princípios fascistas gerais, o integralismo tornar-se-ia o “fascismo brasileiro da década de 30”.

Contrapondo as análises de Trindade, Gilberto Vasconcellos procurou pensar o caráter fascista do integralismo a partir da teoria das “ideias fora do lugar”. Bastante em moda nos anos setenta, esta teoria baseava-se na ideia fundamental de que:

“Dada a falta de correspondência entre ideias e a realidade social, cuja variável é o mimetismo ou a europeização das camadas cultas, as ideologias dominantes na América Latina tendem a exhibir frequentemente ‘ambiguidades’ e ‘ecletismos.’”²

As ideologias na América Latina, portanto, estariam deslocadas, sobretudo porque não conseguiriam dar conta do descompasso existente entre a posição que os seus países ocupam na ordem capitalista mundial e a posição ocupada pelos países europeus, onde estas ideologias seriam produzidas. Separada a estrutura da superestrutura, restaria um processo de “importação de ideias”, ideias que, aparecendo descoladas do contexto social, estariam “fora do lugar”.

Este instrumental teórico possibilitará a Vasconcellos estabelecer a relação entre integralismo e fascismo, afirmando que o discurso do segundo

² VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 174.

seria “de ponta a ponta mimético”, seguindo “de fio a pavio o modelo do fascismo europeu”. O integralismo não passaria de um exemplo claro de “idéia fora do lugar”, afinal:

“Tendo em mira o contexto brasileiro dos anos 30, a emergência de um irracionalismo fascista do tipo camisa-verde não corresponde a um resultado da evolução social. Noutras palavras, se o discurso integralista segue os parâmetros das doutrinas fascistas européias, conclui-se que há no Brasil um nítido descompasso entre ele e a estrutura social. Falta a base social fundamental que acompanha a reação fascista e que faz desta um discurso eminentemente contra-conceitual (oposição ao liberalismo e ao marxismo), a saber: a organização política da classe operária (...).”³

É assim, sem o perigo comunista por perto e diante da tradição de um liberalismo nada liberal, que a hipótese do autor comprova a “ausência de organicidade entre o discurso fascista e a realidade social brasileira”, justificando a evidente derrota dos camisas-verdes.

Marilena Chauí, por sua vez, admite a existência do processo de importação de ideias, mas o concebe em termos diferentes. Buscando compreender o pensamento autoritário brasileiro, a autora considera que neste caso não haveria uma simples cópia, fiel do princípio ao fim, das ideias desenvolvidas nos países que as teriam originado, mas sim um processo de adaptação destas ideologias por aqueles que, colocando-se ativamente diante de suas proposições, delas fariam usos específicos. Daí a autora afirmar que:

“(...) Dessa maneira, quando o Bandeirante, o tupi-tapuia, o Gaúcho, o Sertanejo, o mestiço, a floresta, o solo virgem, a extensão territorial e a psicologia do povo entram em cena, funcionam como palavras encantatórias: tem o dom miraculoso de permitir, através da mudança vocabular, a aplicação de esquemas teóricos europeus sem que nos envergonhemos deles. O pensamento europeu, reduzido a uma forma vazia, pode ser utilizado nacionalmente desde que seja preenchido com conteúdos locais (...).”⁴

³ VASCONCELLOS, Gilberto. *Op. Cit.* p. 182.

⁴ CHAUI, M. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira, In: CHAUI, M; FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 37.

Esta nacionalização do pensamento europeu ocorreria devido à própria natureza do pensamento autoritário, sempre procurando agarrar-se “a certezas decretadas antes do pensamento e fora dele”, incapaz que é de lidar com o ineditismo. A conclusão disto é que:

“(…) é por se tratar de um pensamento autoritário que há importação de ideias e não porque há tal importação que um certo pensamento brasileiro tornar-se-ia mimeticamente autoritário (…).”⁵

O raciocínio coloca a relação do integralismo com o fascismo num patamar onde o segundo inspira o primeiro, mas não o consegue transformar em um espelho de si mesmo. Embora não coloque nestes termos, parece que a autora aceita a proposição de um fascismo nacional ou nacionalmente modificado, um “fascismo brasileiro”.

Indo ao encontro de todos estes trabalhos, José Chasin destoou radicalmente das análises até então feitas. Ao tratar sobre a relação entre fascismo e integralismo, Chasin mencionou que:

“(…) o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de frenagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o ‘capitalismo verdadeiro’; ou ainda, numa palavra, se o fascismo é um fenômeno de expansão, da fase superior do capitalismo, e o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo ou nascente, a traduzir uma proposta de regressão (…).”⁶

A afirmação demonstra claramente a visão do autor: o integralismo não foi um movimento fascista. A tese fundamenta-se na percepção de que o fascismo e o integralismo teriam naturezas distintas, já que seriam

⁵ CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* p. 37.

⁶ CHASIN, Jose. *O integralismo de Plinio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte; São Paulo, SP: UNA: AD Hominem, 1999, p. 591.

fenômenos ligados diretamente à estruturação do capitalismo que, por sua vez, se encontraria em fases diferentes nos respectivos países. Enquanto na Itália e na Alemanha o capitalismo tardio exigia uma atitude agressiva frente à disputa imperialista, no Brasil, país de capitalismo hiper-tardio, a proposta integralista caminhava em sentido contrário: buscava conter os impulsos de desenvolvimento do capitalismo industrial através do investimento em setores rurais.

Esta ligação permitirá ao autor concluir que:

“(...) a crítica ao integralismo tem sucumbido à explicação mimética. Esta, aliás, tem sido o pressuposto mesmo das análises até hoje realizadas, e não seu produto analítico.”⁷

Um quinto trabalho, este produzido nos anos de 1980, tentou explicar o integralismo a partir do conceito de totalitarismo. Ricardo Benzaquen de Araújo, em obra intitulada *Totalitarismo e Revolução*, assim afirmou:

“Todavia, acredito que já esteja bastante claro que a principal contribuição que recolhi dos trabalhos que examinei foi a possibilidade de interpretar o pensamento de Plínio a partir do conceito de totalitarismo. Assim, a confusão entre igualdade e indiferenciação (...) aliada à decisão de superar a questão social criada pelo materialismo através da ênfase numa mobilização absoluta da população, eliminando-se qualquer pluralismo político ou social, são sinais evidentes de relevância deste conceito para minha análise.”⁸

A utilização que o autor faz do conceito de totalitarismo fundamenta-se numa diferenciação entre movimentos deste tipo e movimentos conservadores. Assim, o caráter pretensamente revolucionário e o sentido de mobilização desejado pelo integralismo constituiriam marcas fundamentais que o tornariam um movimento totalitário e não conservador, visto que movimentos como este

⁷ CHASIN, Jose. *Op. Cit.* p. 34.

⁸ ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1988, p. 78.

fenômenos ligados diretamente à estruturação do capitalismo que, por sua vez, se encontraria em fases diferentes nos respectivos países. Enquanto na Itália e na Alemanha o capitalismo tardio exigia uma atitude agressiva frente à disputa imperialista, no Brasil, país de capitalismo hiper-tardio, a proposta integralista caminhava em sentido contrário: buscava conter os impulsos de desenvolvimento do capitalismo industrial através do investimento em setores rurais.

Esta ligação permitirá ao autor concluir que:

“(...) a crítica ao integralismo tem sucumbido à explicação mimética. Esta, aliás, tem sido o pressuposto mesmo das análises até hoje realizadas, e não seu produto analítico.”⁷

Um quinto trabalho, este produzido nos anos de 1980, tentou explicar o integralismo a partir do conceito de totalitarismo. Ricardo Benzaquen de Araújo, em obra intitulada *Totalitarismo e Revolução*, assim afirmou:

“Todavia, acredito que já esteja bastante claro que a principal contribuição que recolhi dos trabalhos que examinei foi a possibilidade de interpretar o pensamento de Plínio a partir do conceito de totalitarismo. Assim, a confusão entre igualdade e indiferenciação (...) aliada à decisão de superar a questão social criada pelo materialismo através da ênfase numa mobilização absoluta da população, eliminando-se qualquer pluralismo político ou social, são sinais evidentes de relevância deste conceito para minha análise.”⁸

A utilização que o autor faz do conceito de totalitarismo fundamenta-se numa diferenciação entre movimentos deste tipo e movimentos conservadores. Assim, o caráter pretensamente revolucionário e o sentido de mobilização desejado pelo integralismo constituiriam marcas fundamentais que o tornariam um movimento totalitário e não conservador, visto que movimentos como este

⁷ CHASIN, Jose. *Op. Cit.* p. 34.

⁸ ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1988, p. 78.

último teriam um caráter oposto a este sentido: seriam desmobilizadores e contra-revolucionários. O caráter fascista do integralismo, tomado pela divisa do totalitarismo, é mais uma vez afirmado pela historiografia.

Balanço historiográfico feito, a pluralidade explicativa do tema logo vem à tona. Se as explicações são muitas e dos mais variados tipos, é preciso se diga que este trabalho encontrou nas considerações de Héglio Trindade a resposta mais elucidativa para a pergunta que tanto atormentou nossos intérpretes. Estou de acordo com o autor na sua proposição de que o integralismo não pode ser entendido senão no seu contato com o pensamento e a prática fascistas, mas que este contato não deve ser limitado à redução, por processo de cópia, do primeiro ao segundo, visto que condições internas teriam contribuído, ou ao menos possibilitado, o surgimento de um movimento como a A.I.B..

Marilena Chauí já alertava para o fato de que não basta se deixar levar pelo primeiro impulso de desqualificação do pensamento autoritário: é preciso tentar compreendê-lo. Caracterizar o integralismo como uma aventura lunática, incapaz de prosperar, faz da história um dado determinado, além de que leva ao esquecimento o grande número de pessoas que efetivamente acreditaram no projeto integralista. É por isso que compreendo que o integralismo foi sim fascista nas suas concepções e organização, mas sobretudo porque propôs uma maneira fascista de dialogar com a conjuntura nacional, tornando-se um fascismo brasileiro.

Este caráter fascista trouxe ao movimento uma série de características próprias, a começar pela sua estruturação. Seguindo a esteira de Trindade, o caráter fascista do movimento teria sido responsável pela sua organização burocrática. Segundo o autor:

“(...) Não se pode dissociar, num movimento fascista, a ideologia e a organização porque existe uma relação explícita entre a estrutura desta e o conteúdo da outra. Geralmente as organizações políticas autoritárias se estruturam hierarquicamente com o objetivo de enquadrar eficazmente seus militantes. A organização integralista, entretanto, supera esta função meramente instrumental: além da estrutura vertical rígida, sob o controle de organismo de controle e socialização ideológica, a A. I. B. incorporou uma nova dimensão capaz de transformar a organização na pré-figuração do Estado integral. O tipo de organização, as relações entre o Chefe e os diversos órgãos estabelecem as bases de uma estrutura estatal. Portanto,

a organização da A.I.B. é não somente um meio eficaz voltado para a ação política, mas um instrumento de elaboração e experimentação, em escala reduzida, do Estado Integralista.”⁹

O Integralismo, portanto, ao elaborar um ideal de Estado fascista, reproduzia o funcionamento deste Estado imaginado em si mesmo, fazendo da A.I.B. a materialização de sua concepção de organização do Estado. Mas, qual seria esta concepção?

Nos vários textos que escreveu ao longo dos anos trinta, Plínio Salgado nunca escondeu sua defesa de um Estado autoritário e corporativista. Pelo contrário, a própria ideia de história do autor reconhecia neste Estado uma necessidade ao século XX, considerado como o berço da “Quarta Humanidade”. Como ele mesmo menciona:

“O Estado que concebemos conterà em si as forças novas, a potência da ideia criadora e transformadora, porque não será um Estado unilateral oriundo dos caprichos da soberania popular e do sufrágio universal, uma simples projeção jurídica de um aspecto apenas da nacionalidade, e sim a própria Nação organizada segundo as categorias de seus componentes.”¹⁰

De um lado a crítica ao modelo liberal é veemente. Não se reconhece nas práticas democráticas, como o sufrágio universal, mais do que meros instrumentos obsoletos que fazem do Estado um dado burocrático, pois que colocado a serviço da burguesia cosmopolita ou das velhas oligarquias inescrupulosas. Por outro lado, o combate ao comunismo faz da questão social pauta importante na configuração do “Estado Integral”. Ao invés da luta de classes e da diluição da propriedade, considerada como dado concreto da existência humana, propõem-se a “colaboração entre as classes”. O Estado passa a ter que assumir a função de regulador das tensões entre capital e trabalho, eliminando seus efeitos.

⁹ TRINDADE, Helgio. *Op. Cit.* p. 169.

¹⁰ SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade. In: Obras completas.* São Paulo, Editora das Américas. 1955, vol. 5, p. 107.

O pano de fundo deste quadro é uma ideia que perpassa todo o pensamento integralista: a harmonia. A ideia baseia-se na crença de que a sociedade, a despeito de suas desigualdades, pode ser esvaziada dos conflitos que lhe são próprios através da integração de cada parte num todo indiviso. A metáfora que se evoca é da sociedade como um organismo vivo, um único corpo.

Ora, como explicar rapidamente o funcionamento de um corpo? A resposta mais imediata seria uma totalidade onde uma parte está ligada às demais através da ordenação geral. O processo exige forçosamente que cada uma das partes se comprometa com o conjunto total e, não podendo concorrer com as demais, aja no sentido de colaborar com elas, integrando-se. É bom se note que a colaboração entre as partes faz-se imprescindível, devendo acontecer não pela dependência estrita de uma parte com a outra, mas pelo fato de ocuparem uma função específica na relação com o corpo todo. A racionalidade das partes é sempre definida através de sua relação com o global, o todo: como o próprio termo indica, elas são partes e, portanto, estão necessariamente subordinadas a uma lógica que lhes extravasa os próprios limites, uma lógica que lhes é externa e que advém do conjunto na sua integridade.

Esta grande ficção política é que alimenta teoricamente o papel do “Estado Integral”. Na medida em que se propõe uma sociedade harmônica, soldada de ponta a ponta, o Estado passa a funcionar como o agente que deve produzir esta colagem. A ele cabe integrar a sociedade, inclusive enfrentando a questão social com a absorção de suas possíveis rupturas. Na metáfora do corpo o Estado é a cabeça que integra, que regula, que ordena, em suma, que controla.

Roney Cytrynowicz e Marcos Chor Maio conseguiram bem sintetizar estes aspectos, afirmando que:

“Ponto central no ideário fascista era a concepção de que o conflito não é originalmente constitutivo da vida social e deve ser superado. Os embates seriam expressão do caos provocado pela democracia e pelas divisões causadas ‘artificialmente’. Para a A.I.B. o que deve caracterizar a vida em sociedade é um sistema corporativo e hierarquizado, harmônico e enquadrado em uma rígida disciplina. A sociedade constituiria um

todo indissociável que deve ser governado como as engrenagens de uma máquina, a partir de um chefe único ao qual se deve submissão e lealdade totais. Níveis hierárquicos intermediários são criados em função de diferenças 'naturais' entre os homens. A família e a corporação profissional, ou sindicato, lembrando as corporações medievais, seriam grupos 'naturais' de agregação. Uma vez que o conflito não seria constitutivo da vida social, mas, pelo contrário, uma fraqueza, toda manifestação de diferença, de divergência, de conflito, deveria ser combatida. Para que o todo funcione em harmonia, os inimigos da nação precisam ser identificados, isolados, combatidos e, em última instância, eliminados."¹¹

Não é preciso fazer um grande esforço para entender como estas concepções definem o caráter marcadamente autoritário do Estado. A justificativa de sua força deve vir de sua missão de assegurar a submissão da sociedade ao seu controle rígido, capaz de manter a ordem. A tendência que disso resulta é de que cada vez mais, pelo menos no plano teórico, Estado e sociedade passem a se fundir e quanto a isso nada é mais explicativo que a expressão usada por Salgado: o Estado é "a nação organizada".

É por isso que sendo um movimento pré-estatal, de um Estado profundamente antidemocrático, não é de se estranhar tamanha verticalidade na organização integralista. Os cargos da A.I.B., suas secretarias, seus departamentos, enfim, toda a hierarquia do movimento organizava-se numa rede de controle centralizada que atuava no sentido de disciplinar seus adeptos, conduzindo suas forças para o próprio integralismo. Ao integralista, o "homem integral", o "homem novo", cabia a obediência e a submissão às regras, ambas ditadas pelo princípio da autoridade. A lógica da organização era de uma força projetada de cima para baixo, uma força não de coação física, mas de transformação moral do homem, transformação capaz de regulamentar todas as instâncias da vida, fazendo de cada homem um membro do exército de Deus, da Pátria e da Família.

¹¹ Cytrynowicz, Roney; Maio, Marcos. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 39.

Já sabemos que a concepção fascista de Estado é fundamental na maneira pela qual o integralismo plasma sua organização. Sendo assim, como os rituais são pensados nesta organização? Ou, dito de outro modo, onde os rituais estão neste projeto de Estado?

A eles não faltou desta lógica normativa. No dia 10 de abril de 1937, o jornal "Monitor Integralista" tratou de publicar, na íntegra, um documento produzido pela chefia nacional regulamentando as cerimônias do movimento. Intitulado "Protocollos e Rituaes", o regulamento descrevia minuciosamente cada uma das solenidades e das demonstrações integralistas tidas como públicas, cuidando de fixar seus significados e de regrar todos os gestos e condutas dos participantes, considerados itens necessários ao bom andamento dos eventos.

Logo em seu primeiro parágrafo, os "Protocollos e Rituaes" mostravam ao que se propunham:

"Os Protocollos e Rituaes da Ação Integralista Brasileira têm por fim codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e os cerimoniais integralistas e bem assim fixar honras, regalias, direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigma."

Em se tratando de um regulamento expedido pela chefia nacional, assinado pelo próprio Plínio Salgado, esperava-se que fosse seguido pelo conjunto dos membros da A.I.B. Através de suas próprias determinações, o documento estabelecia as condições da aplicação de suas resoluções, evitando tornar-se letra morta. Assim é que sua obrigatoriedade para todos os níveis da administração integralista; a necessidade, por parte das autoridades, de conhecimento das disposições do regulamento e a obrigatoriedade na divulgação impressa aos demais, "afim de que nenhum Integralista deixe de possuí-los"¹²; eram medidas que vinham detalhadas logo nas primeiras páginas, indicando, de antemão, a preocupação em ver o plano cerimonial cumprido à risca.

¹² Panfleto "Protocollos e Rituaes", p. 3. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Somando-se a todas estas disposições, o artigo quarto determinava que:

“Art 4º – Cada chefe Provincial, Municipal, Distrital, deverá nomear junto ao seu Gabinete um Chefe de Protocollos e Rituaes incumbido de explicar em aulas estes Protocollos aos Integralistas que devam ocupar cargos

§ único – O Chefe dos Protocollos e Rituaes responde pelo cumprimento das determinações deste Regulamento, na parte relativa às cerimônias e rituais.”¹³

A exigência de um responsável pelo cumprimento dos protocolos confirma não só a importância dada aos rituais como também a pretensão de sua execução de forma precisa. Ora, o que são as aulas senão uma tentativa de garantir que os chefes executem as regras do regimento? Além disso, é possível supor que, ao atingir os chefes, o regulamento esperasse chegar também aos seus subordinados na medida em que estes deveriam ter o comportamento das “autoridades” como seu exemplo.

A rigidez dos “Protocollos e rituaes” é de tal nível que ao longo de suas 76 páginas, distribuídas em vinte capítulos, são regulamentados os símbolos, o uniforme, os hinos, as saudações, a composição das sedes, festas e uma infinidade de outros itens. As descrições são pormenorizadas e incluem cada uma das características mínimas que devem compor o objeto em questão. Sobre os distintivos, por exemplo, ordena-se:

“Art. 19 – O Distintivo para uso dos Integralistas, terá os seguintes característicos: um Sigma maiúsculo preto sobre o mapa do Brasil em azul real, dentro de um círculo de prata (Art. 54 dos Est.)

Art. 20 – O Distintivo para as senhoras e senhoritas será o seguinte: as bandeiras nacional e integralistas cruzadas e enlaçadas, em panóplia, tendo ao centro um Sigma preto de orlas prateadas, conjunto esse que tem por fundo um frontal em azul real e orla prateada, que começa à altura da esfera branca da bandeira integralista e da esfera azul

¹³ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 3. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

da bandeira nacional, em linhas perpendiculares ao perfil das ditas bandeiras, quebrando-se em ângulo reto e projetando-se em verticais, até à altura das lanças das hastes das referidas bandeiras, onde quebram novamente prosseguindo em paralelas à vertical dos perfis, e, em seguida, acompanhando a curva da esfera branca, sendo a parte superior do frontal cercada por uma guirlanda de louros em disposição descendente.”¹⁴

Cor, tamanho, forma, uso, nada escapou aos redatores. Tudo é regrado, normatizado, medido. A métrica é precisa: considera cada um dos pequenos detalhes e, sem excluir nada, realiza com eles o trabalho engenhoso da construção ritual. A semelhança com o teatro é notória, tão notória que nos permite afirmar a impressão de que os “Protocollos e Rituales” estão cuidando da organização de uma verdadeira composição cênica, cujos protagonistas são os próprios integralistas. Há cenário, figurino e em muitos casos até mesmo as falas estão determinadas: tudo deve caminhar conforme planejado para que o espetáculo se concretize. Olhada assim, toda esta artimanha justifica chamar o conjunto de produções cerimoniais integralistas de cenográfico, daí termos uma verdadeira cenografia integralista.

Na cenografia integralista não há espaço para improvisação. Os atores devem seguir o roteiro da forma o mais fiel possível. As possibilidades de atuação livre pelos integralistas estão vetadas. Apesar de serem os protagonistas da peça, não se espera deles mais do que o desempenhar de seu papel com maestria. Não é permitido que o plano já traçado se desvie de seu caminho e por isso interferências e modificações não são nada bem-vindas. O final esperado necessita do cumprimento preciso, da obediência e não de sugestões e criatividade.

Uma consideração merece ser feita antes de prosseguir. Embora o conjunto de especificações seja bastante rígido, não podemos inferir que tudo se passava exatamente como estava escrito. Atrasos, erros e imprevistos devem ter sido alguns dos obstáculos que separavam o texto do cotidiano dos partidários do Sigma. De qualquer forma, se não podemos tomar o texto como um reflexo preciso da realidade ritual, podemos considerá-lo como a principal

¹⁴ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 9. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

baliza que a ordenava, nela interferindo de forma drástica. Num movimento marcado pelo autoritarismo, com a conseqüente valorização da obediência, é justo imaginar que ainda que os “Protocollos e Rituaes” não fossem cumpridos à risca todas as vezes, isso ocorria mais em função de pequenas variáveis de ordem prática do que por motivos mais complexos, o que faz concluir que se texto e prática não se confundem, posto que neste caso seria impossível, pelo menos há uma tendência forte em encurtar a distância entre eles.

Que esta aproximação existiu e é o produto de uma forma autoritária de pensamento, já sabemos. Que os rituais foram controlados em detalhes, também já o sabemos. Entretanto, a pergunta que fica disto tudo é: qual era então a função desta cenografia? Ou, dito de outro modo, que papel ela desempenhava no movimento?

Balandier, em estudo clássico sobre a representação política, concluiu que:

“O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo. Logo que a dramaturgia política traduz a formulação religiosa, ela faz uma réplica da cena do poder ou uma manifestação do outro mundo. (...) É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança.”¹⁵

A formulação parece simples: violência e razão não são suficientes ao poder, ele precisa, também, do drama. Este se torna essencial na medida em que coloca o poder em evidência, em que (re)afirma os valores e os compromissos de um determinado grupo e, mais do que isso, na medida em que permite que

¹⁵ BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 7.

os sujeitos sociais se defrontem e se envolvam com este poder. O raciocínio estabelece o drama como elemento que é constitutivo do poder, que é sua parte integrante, sendo responsável pelo seu funcionamento.

Disto está justificada a caça. É preciso farejar, remexer, vasculhar todo arcabouço cultural em busca do simbólico para então dominá-lo, adaptá-lo e mesmo recriá-lo, colocando-o a serviço do poder. Não basta a simples referência ao simbólico, é preciso que ele seja apresentado dentro de certa racionalidade, que seja organizado segundo a mensagem que se quer transmitir, que se apresente cerimonialmente. As cerimônias são, portanto, uma maneira de organizar o simbólico, garantindo o uso que dele faz o poder. Sobre o cerimonial fascista e nazista propriamente, Stuart Woolf assinalou que:

“(...) as cerimônias tiveram um papel preponderante para os movimentos nazista e fascista, não somente pelas imagens que elas propunham ao mundo exterior mas também como a expressão que elas propunham deles mesmos e de sua missão histórica. As bandeiras, símbolos, saudações e outros slogans rituais eram uma maneira de valorizar a lealdade e uma expressão de autoridade.”¹⁶

Consideradas pelo autor como elemento interno, as cerimônias eram uma forma dos regimes se relacionarem consigo mesmos. Ao se transformarem num espaço de prática de seus valores, tornavam-se um dos sustentáculos através dos quais a política fascista era executada. Woolf chega mesmo a afirmar que as encenações foram necessárias ao fascismo e ao nazismo, já que se tornaram um auto-retrato vivo dos regimes, com a repetição exaustiva da imagem que estes queriam transmitir de si mesmos.¹⁷

¹⁶ WOOLF, Stuart. Les cérémonies du fascisme. In: MILZA, Pierre. *Art et fascisme*. Bruxelles: Complexe, 1989, p. 243.

¹⁷ O trecho que traduz esta visão do autor é: “(...) Même si l’objectif premier de ces cérémonies n’était pas de laisser un souvenir matériel impérissable (comme cela pourrait être le cas pour un tableau ou une publication) auquel les participants, les spectateurs ou les chercheurs pourraient par la suite se référer, elles constituaient l’auto-portrait vivant que ces mouvements cherchaient à projeter à répétition et dans de multiples variantes, témoins fastidieux de l’importance qui leur était assignée et mise en scène nécessaire pour ces régimes autoritaires (...)”. Em: WOOLF, Stuart. *Les cérémonies du fascisme*. In MILZA, Pierre. *Art et fascisme*. Bruxelles: Complexe, 1989, p. 240.

A necessidade cerimonial circunscreve o fenômeno às considerações já apontadas por Balandier, afinal, detecta nos rituais mecanismo indispensável ao poderio fascista. Se para Balandier todo poder exige a apresentação cênica, no caso dos fascismos esta necessidade está colocada de forma ainda mais visível. Ela grita, esperneia, está longe de conter-se. Ao contrário, esparrama-se por entre as páginas do *Mein Kampf* de Hitler e vai definir os Protocolos e Rituais integralistas com toda a sua pompa.

Investimento de impacto considerável, a cenografia fascista compõe com sua maneira de pensar a política. A “grande inovação política do século XX”, como bem definiu Robert Paxton sobre o fascismo, cuidou de reformular muitas das relações políticas a partir de sua ideia de Estado. As relações entre Estado e sociedade, líder e massas, doutrina e militância foram revistas e rearranjadas segundo novas concepções e é a este processo que as cerimônias devem sua explicação. Mais do que simples apetrechos utilizados para ilustrar estas novas relações, elas tiveram o papel de atuar em sua construção, sendo delas constitutivas. Seu objetivo era agir efetivamente na conformação de uma nova ordem, no estabelecimento de uma determinada forma de poder.

O poder fascista muito deveu à encenação. Ela foi uma das formas pelas quais este se tornou operacional, permitindo a tessitura de novas relações através do estabelecimento de novos laços, da recriação de vínculos, enfim, da sistematização e prática de valores. A gigantesca atenção dada ao simbólico não foi mera exterioridade ou vaidade destes tipos de regime, foi deles parte essencial, posto que constituiu uma forma importante de ressignificação do mundo político, com a conseqüente expansão de suas fronteiras.

O caso do integralismo não difere destes apontamentos gerais. Trindade compreendeu as cerimônias como um elemento do que ele denominou “socialização ideológica”. O autor considera que os rituais faziam parte de uma rede criada pelo integralismo que visava transmitir a ideologia política do movimento aos seus militantes, cuidando assim de definir seus comportamentos. Para ele:

“A organização integralista desempenha também o papel de um instrumento de formação político-ideológico dos militantes e de preparação de futuros cidadãos do Estado Integralista. Além da função de formação ideológica, desempenhada especificamente pelos órgãos de difusão

doutrinária (Secretaria de Imprensa e Propaganda), a organização da A.I.B. prevê uma série de mecanismos e atividades destinadas à transmissão de valores, símbolos e estilos de comportamentos compatíveis com a concepção de sociedade e Estado integralistas. Estes agentes da ideologia articulam-se entre si para assegurar o aprendizado político-ideológico dos militantes, desde o nascimento do futuro integralista até a idade adulta, através de um complexo de rituais e instrumentos de formação intelectual, moral, cívica física. Os dirigentes integralistas, conscientes da importância dos “agentes socializadores”, desenvolvem-nos minuciosamente, inspirados nos movimentos fascistas europeus. A tarefa fundamental era criar o hábito de obediência aos chefes e da submissão às estruturas autoritárias. Portanto, não se tratava, como pretendiam alguns dirigentes integralistas, de simplesmente ‘copiar formas exteriores do fascismo’, mas de adotar os mecanismos básicos da formação totalitária fascista.”¹⁸

Rosa Cavallari também tratou da questão das cerimônias. Com os olhos voltados ao entendimento do projeto educacional integralista, a autora identifica nos rituais uma parte deste projeto, afirmando que:

“A rede integralista constituída pela palavra impressa completava-se através da palavra falada, materializada pelas sessões doutrinárias, pelo rádio e através dos símbolos e ritos. Fechava-se o círculo em torno do militante.”¹⁹

Rituais, imprensa e palavra falada aparecem aqui como um todo. Eles são instrumentos através dos quais a ideologia integralista chega ao seu destinatário, cuidando de elaborar sua ação. Em outras palavras, eles funcionam como mecanismos que disciplinam os militantes, ajudando a fazer deles aquilo que o movimento queria que fossem.

As duas análises convergem em seus apontamentos gerais: ambas entendem os rituais como unificadores de conduta, salientando sua proposição em determinar um modo de agir para os partidários do sigma. O integralista aparece como alvo central, ele é quem deve sofrer o enquadramento cênico

¹⁸ TRINDADE, Helgio. *op. cit.*, p. 196.

¹⁹ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 209.

e é com ele que se busca o novo pacto político. Há nas explicações uma das fundamentações cruciais aos movimentos de tipo fascista: a mobilização.

A ideia de estabelecer minuciosamente os comportamentos esteve relacionada com a pretensão de manter os militantes mobilizados de forma total e permanente, apreendendo-lhes as forças para o próprio movimento. O projeto de homem fascista exigia alguém que se lançasse por inteiro à causa, participando efetivamente do papel que o movimento lhe destinava. Ele tinha de manifestar e reiterar sempre seu apoio ao regime, reforçando sua condição dentro dele e para isso os rituais foram de suma importância.

Plínio Salgado gritou incansavelmente seu desejo de, em suas palavras, “despertar a nação”. Tratava-se de despertar a alma do povo brasileiro, de reformar-lhe os sentimentos, enfim, de conduzi-lo às verdades solidificadas pelo integralismo. A terminologia empregada por ele deixa entrever sua proposta política, afinal, quando se afirma a necessidade de despertar a nação, o que se está dizendo é que esta nação precisa ser animada por um ideal político, que precisa ter sua atenção orientada para um determinado caminho, em suma, que precisa ser mobilizada para uma determinada causa. Salgado escreveu:

“A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia, numa arregimentação contínua, em permanente doutrinação, em disciplina perfeita, em esperança renovada, em sugestão espiritual, em excitação de brios, em combate sem tréguas contra os entorpecentes liberais e os preconceitos literários, contra o cosmopolitismo despersonalizador, contra o grosseiro oportunismo, contra a aventura generalizada que constitui todo o aviltante pragmatismo dos povos sem destino histórico, contra a decrepitude precoce das gerações ridas de ceticismo, e, principalmente, contra a estagnação pestiva, os pântanos moras onde se afogam as raças decadentes e se escravizam as nacionalidades.”²⁰

O projeto integralista aparece aqui por inteiro, prevendo uma nova pátria, uma pátria reconstruída sobre novos valores que devam ser compartilhados nacionalmente. É preciso que todos se orientem de acordo com os mesmos propósitos, garantidos como os mais seguros a esta pátria. A participação dos

²⁰ SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1935, p. 198.

patriotas no esforço da construção da nova pátria, ainda que extremamente controlada e restrita, foi considerada como importante para a nova formação política.

É neste projeto que se inscrevem os rituais. Já mencionei anteriormente o fato de serem peças chave na construção de novas relações políticas e é justamente por isso que aparecem aqui. O projeto mobilizador, tal como foi elaborado pelo integralismo, exigiu a reconfiguração de muitas relações, inclusive com a incorporação de novos espaços no domínio do político, para o que muito contribuiu a cenografia. A cenografia teve papel central no movimento, construindo um de seus lados mais sombrios: a pretensão totalizante de mobilização.

Com base nisso é que seguimos para os próximos capítulos. Antes, porém, cabem algumas considerações.

Embora compreenda que a mobilização faz parte de um todo, para efeitos de enunciação do problema gostaria de dividi-la em duas de suas dimensões fundamentais: a mobilização a nível pessoal e a mobilização a nível coletivo. A divisão se justifica pela observação da existência, por exemplo, de rituais como as marchas e os juramentos de ingresso ao movimento. Embora tanto em um como em outro caso a mobilização seja o motor das ações, no juramento o que acontece é uma demonstração particularizada, individual, enquanto que nas marchas é justamente o contrário, a demonstração é coletiva, massiva. Daí ser possível a conclusão de que apesar de tratarem de um mesmo fenômeno amplo, elas podem ter dimensões distintas.

Como nos disse Ferdinando Martinho Filho, autor desconhecido de um artigo sobre o homem integral, expressando sua visão sobre o homem integralista:

“O indivíduo isolado de um lado, o indivíduo diluído no grupo de outro, eis o dualismo que é ponto de partida do observador realista.”²¹

É esta lógica do integralismo que persigo aqui. Considero que a mobilização agiu complementarmente por estas duas frentes. No campo

²¹ MARTINHO FILHO, Ferdinando. *O homem integral*. In: *A Offensiva*, n. 67, 24 de agosto de 1935, p. 2.

pessoal cuidou de realinhar as relações entre público e privado, propondo um novo modelo de homem e no campo coletivo atuou no sentido de dar coesão às massas. Por esta compreensão, opto por trabalhar as duas facetas separadamente, isolando-as cada qual em um capítulo, mas sem perder de vista a relação entre elas.

Considerações feitas e esboçadas as diretrizes que compõe o problema, passemos a ele.

[capítulo dois]

A Cenografia do Privado

Orientando sobre a disposição das sedes integralistas, o artigo 86 dos “Protocollos e Rituaes” definia que elas deveriam ter:

“d) Um grande dístico ou cartaz, com os seguintes dizeres – “O integralista é o soldado de deus e da pátria, homem novo do brasil que vae construir uma grande nação. (...)”

II) Á porta da Secretaria (ou onde existir uma só sala em lugar bem visível), serão afixadas estas palavras:

Antes de transpores esta porta, consulta teu coração: és capaz de renunciar prazeres, ambições, interesses, a própria vida pela grandeza da pátria? Se ele te disser ‘Sim’, então entra, e encontrarás aqui teus irmãos e tua glória.”¹

Tornar-se o soldado de Deus e da Pátria, eis aqui traçado o destino de todos os integralistas. Sua missão histórica vem estampada em cartazes, com letras garrafais: ele não pode esquecê-la jamais, deve ser lembrado dela em cada uma das vezes que pisar no núcleo. A memória lhe impõe o dever.

Autointitulando-se um movimento culturalmente revolucionário, o integralismo apontava uma necessidade ao século XX: a criação de um novo homem. O “homem integral”, como foi batizada a invenção, deveria ser um homem diferenciado, recriado para o novo momento histórico que o aguardava, um homem onde se encontrassem equilibradas doses certas de materialismo e espiritualismo.

¹ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 24 e 25. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Para Plínio Salgado, esta dosagem era o que essencialmente havia de diferente no seu movimento. Sem ignorar as necessidades materiais, Salgado apontava também a dimensão espiritual do “Homem Integral”. Sobre isso menciona:

“Nós, integralistas, tomamos o homem na sua realidade material, intelectual e moral e, por isso, repudiamos tanto a utopia liberalista como a utopia socialista. A liberal-democracia pretende criar o monstro, sem estômago. O socialismo marxista pretende criar o monstro que só possui o estômago e o sexo. Em contraposição ao místico liberal e ao molusco marxista, nós afirmamos o homem-total.”²

A pretensão de totalidade é tamanha que precisa englobar até mesmo o subjetivo. O homem tem que ser pensado por inteiro, precisando ter todas suas dimensões reconduzidas. É preciso mudar sua maneira de ser, transformá-lo de acordo com novos preceitos, sua moral deve ser impecável. Em suma, é necessário que se realize com ele a verdadeira revolução, não uma revolução que afete as estruturas sociais, mas uma “revolução interior”, que modifique o próprio homem na sua expressão humana.

Se o cenário já parece suficientemente perturbador, com certeza mais perturbadoras são suas implicações. Analisando o método científico do século XIX, o líder integralista apontou que:

“A ciência destruiu o sentimento de subordinação do Homem e da Sociedade a uma Causa, a um Fim. Não lhe deu em troca nada que pudesse substituir esse firme e seguro alicerce onde outrora repousava o espírito humano, hoje atormentado por supremas angústias. E todo o panorama do século XIX é o de forças mentais em rebelião à procura de um novo equilíbrio.”³

² SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 1933, p. 41.

³ SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. In: *Obras completas*. São Paulo, editora das Américas, 1954, vol. 7, p. 88.

A crítica vai atingir em cheio os modelos liberal e marxista. O primeiro é acusado de ter produzido um homem vazio de valores, movido apenas por seus próprios interesses materiais, um homem egoísta, incapaz de sacrificar-se a si mesmo. Para o segundo, a acusação está no fato de que transforma o homem numa máquina de produção, já que, ao reduzir tudo às leis materiais, o vê somente em suas funções vitais, como a um animal. Nos dois casos o homem perdeu o senso de sua finalidade.

Opondo-se a estas duas tendências, o integralismo, ao reelaborar até mesmo a subjetividade humana, concebe o homem como um meio e não um fim em si mesmo. Para ele o homem é parte do Estado Integral e este passa a conduzir as atitudes e os comportamentos como verdadeiro guardião das finalidades humanas. A nação, através de seu meio organizado, o Estado, se torna o fim humano, já que nela se assegura a existência do homem enquanto tal.

Voltando à sede integralista, com vistas ao seu cartaz, nenhuma metáfora é mais acertada que o soldado. Ao soldado de Deus, da Pátria e da Família cabia a responsabilidade efetiva à causa que abraçara, abandonando suas próprias ideias e ambições para se doar às “ideias maiores” do movimento. Renúncia e entrega marcariam sua vida, que estaria dedicada por completo ao integralismo.

Obediência, disciplina e patriotismo eram algumas das principais características que se esperava do soldado. Tal como num esforço de guerra, a luta contra seus inimigos deveria ser interminável e todo esforço seria pequeno enquanto estes não estivessem completamente liquidados. O engajamento precisava ser total, isso é: envolver todas as dimensões da vida durante todo o tempo, numa mobilização constante, o que fazia de cada integralista uma força contínua e cotidiana a serviço do sigma.

Aqui o processo se mostra em sua faceta mais violenta. A existência do indivíduo deixa de ser um dado livre, para ser criado e recriado conforme suas próprias pretensões, e passa a ser um dado estático, previamente definido e do qual ele está despossuído. Sua vida só existe em função de algo, algo que lhe é exterior e sem o qual a existência está esvaziada. Representando o interesse da nação, o integralismo figura como este algo, como o elemento capaz de significar a vida, conferindo-lhe um sentido.

O propósito integralista era tão radical em sua “reforma humana” que ia desde questões morais tidas como mais graves até detalhes mínimos. Ao mesmo tempo em que as regras de conduta proibiam que o integralista freqüentasse cabarés e casas de jogos, exigiam dele valores como franqueza, esforço e pontualidade. À vida do integralista pedia que servisse de paradigma, evitando ostentação, luxo ou quaisquer atitudes que pudessem gerar comentários de reprovação. Sua vinculação não era somente política, era também moral e de uma moral verticalmente ditada.

Como era de se esperar, os deslizes de comportamento não ficavam sem punição: ao contrário, a punição vinha de imediato, variando de acordo com a gravidade da infração. De repreensões particulares à expulsão do movimento, passando por repreensões públicas, perdas do cargo e suspensões temporárias, vários eram os mecanismos encontrados pelo movimento para fazer os militantes andarem na linha.

Entretanto, ainda que as punições fossem um meio importante de enquadrar os comportamentos, não se esperava delas que fossem os principais. O artigo 229 dos “Protocollos e Rituaes” dizia:

“Art. 229 – A força do Integralismo reside, sobretudo, na consciência do dever dos “Camisas-verdes”. Essa consciência, cuja noção nos obriga, por vezes, aos maiores sacrifícios, é imposta a si mesmo, pelos Integralistas, pelo bem do Brasil. Por isso ela deve ser praticada com altivez e dignidade. O próprio gesto integralista, – o braço alçado para o céu e a frente erguida, – indica que o “Camisa-verde” deve ter alta noção da própria dignidade.”⁴

Mais do que o medo das punições, o integralista deveria agir pela sua própria consciência. O acatamento às regras viria do reconhecimento de sua legitimidade enquanto alicerces da nova moral e não do receio de qualquer reprimenda: sua rigidez comportamental deveria ser autoimposta. O indivíduo é quem precisa abrir mão de si mesmo, matando em sua conduta

⁴ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 70. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

o que é moralmente condenado e não está, portanto, de acordo com o que é pregado pelo movimento. O “Homem Integral” é seu próprio carrasco, já que é quem mata aquilo que tem de mais precioso: a liberdade de sua existência.

É assim, afastado de suas vontades, dos caprichos, dos anseios particulares, que a figura do “Homem Integral” será gritada aos quatro ventos. O que se espera dele é que deixe de lado sua individualidade, sua personalidade não importa, ele deve estar submetido ao coletivo. A vida é monástica: exilado de si mesmo ele pertence a uma causa que lhe é muito maior e que o supera, a causa da nação, muito bem representada pelo movimento integralista.

A missão do “Homem Integral” era de tamanha responsabilidade que logo ao entrar no movimento o novato deveria selar seu compromisso para com ela. A rigidez protocolar exigia que o novo membro fosse apresentado por alguém que já pertencesse às fileiras do movimento. Este, que deveria estar perfeitamente em dia com suas obrigações enquanto integralista, apresentaria o iniciante que tão logo preenchesse sua documentação deveria responder à autoridade a seguinte pergunta: “Já pensou maduramente na responsabilidade que vai assumir?”. Feita a pergunta e enunciada a resposta, a autoridade deveria dizer: “Considero-o inscrito; deverá, porém esperar noventa dias para prestar o juramento, em homenagem ao Chefe Nacional que o esperou desde 7 de Outubro de 1932.”⁵

A encenação do movimento começa acontecer desde o primeiro momento em que o ainda aspirante a integralista põe seus pés no núcleo. A pergunta lhe é dirigida prontamente e já evoca todo o conteúdo dramático do papel que o novo membro desempenhará. Ele deve estar consciente da dificuldade futura e precisa deixar isso claro aos demais, confrontando-se diretamente com a questão. O ritual de ingresso, entretanto, não se acaba aí.

Decorridos noventa dias da apresentação, é chegada a hora do inscrito adentrar de vez às fileiras do sigma, realizando o juramento. O regulamento assim definia a respeito desta solenidade:

⁵ Panfleto “Protocolos e Rituais”, p. 41. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. É interessante notar que o regulamento previa a possibilidade de a autoridade dispensar o novato do estágio de noventa dias, reduzindo para cinco minutos o tempo de espera até o juramento.

“Art. 146 – O ato do juramento, que terá lugar na sala das sessões, em frente ao retrato do Chefe Nacional, e na presença de, pelo menos, dez Integralistas, realiza-se da seguinte forma: o Chefe Provincial, Municipal ou Distrital, ou a autoridade que o represente, mandará, o novo Integralista erguer o braço, direito verticalmente e pronunciar as seguintes palavras: – “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores” – A autoridade, então, dirá – “Integralistas! Mais um brasileiro entrou para as fileiras dos ‘Camisas-verdes’. Em nome do Chefe Nacional eu o recebo e convido os presentes a saudá-lo, segundo nosso rito. (Elevando a voz): Ao nosso novo companheiro, – Anauê! Os presentes responderão: – “Anauê.”⁶

Realizados devidamente a inscrição e o juramento, o novo membro estava finalmente incorporado aos quadros do movimento. Mais importante do que a simples inscrição, o juramento era considerado pelos próprios integralistas como um item fundamental para o ingresso do militante, daí sua obrigatoriedade. Sendo a primeira de uma série de exposições cênicas das quais o ingressante iria participar, ele demarcava uma ruptura entre o antes do integralismo e o depois do integralismo, fazendo questão de caracterizar o momento em que a adesão definitiva ocorria. Tratava-se de estabelecer a passagem entre a aspiração ao integralismo e a incorporação propriamente dita.

Como primeiro ritual, o juramento formava o vínculo inicial do novo integralista com o movimento. Esta vinculação excedia os limites da ordem burocrática, era antes de tudo de ordem moral, posto que implicava um compromisso direto do integralista para com o chefe que, incorporando o movimento, esboça seus valores. Trata-se de selar a relação com um projeto determinado, de comprometer-se efetivamente com aquilo que o movimento propunha. Atuando como elo transcendental que une líder e liderado, o juramento funde o integralista ao próprio integralismo, passando a ser dele parte fundamental.

⁶ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 42. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Plínio Salgado chegou a dizer que:

“Esse juramento integralista é o “pivô” sobre o qual repousa todo o complexo mecanismo desse movimento que é o maior de nossa História. Sem esse juramento não existe integralismo. Temer este juramento é temer o fardo pesado dos deveres. E, entretanto, o juramento integralista é levíssimo para os que amam a Pátria e para os que possuem uma consciência nítida de sua própria liberdade, que o juramento respeita, e um sentimento de lealdade, com o qual o juramento não se choca.”⁷

O juramento impõe deveres, talvez resida justamente aí a importância que Salgado lhe atribui. O primeiro e principal deles: obediência. Como a própria frase protocolar ordena, é preciso executar sem discutir as ordens do chefe, o que faz daquele que jura não um agente, mas um instrumento político. O aspecto atordoante desta prática é ainda maior pela evidência de se tratar de um momento no qual alguém impõe a autoridade ilimitada de outro a si mesmo. O juramento é a autoproclamação da subordinação, o que faz com que ele contenha em si o mecanismo básico da dominação integralista: a imposição de disciplina pela própria consciência.

O ritual exige que a sujeição seja abertamente pronunciada pelo indivíduo que a sofre. Este pronunciamento é necessário porque exterioriza os termos nos quais se darão a futura relação política, comprometendo aquele que pronuncia a validar a fórmula proferida com suas atitudes. O ato de dizer, de enunciar, é que determina o vínculo primeiro do novo integralista. Mas, se a fala teatral é tão importante, a plateia não é menos, afinal, a encenação só pode ser concluída mediante um grupo que a testemunhe. A audição é o destino certo da fala e objetiva assegurar a legitimidade da palavra, daí a obrigatoriedade da presença de pelo menos dez integralistas no momento do juramento.

A capacidade mística de promover a submissão é o que fazia do juramento peça tão importante no ideário dos camisas-verdes. Continuando o artigo anterior, Plínio Salgado explica que:

⁷ SALGADO, Plínio. *O Juramento*. A ofensiva, n. 32, p. 2.

“Se amanhã a direção central do nosso movimento tiver informações secretas de que os comunistas pretendem, por exemplo, lançar uma dinamite numa Igreja (caso que já se deu em S. Paulo), e se em consequência disso tiver que determinar aos milicianos de determinada Legião que compareçam àquele templo, seria muito bonito que os milicianos viessem, um por um, saber os motivos pelos quais estão recebendo esta ordem! Uns viriam opinar que se tratava de boato; outros viriam a trazer alvitres os mais descontraídos; a discussão se prolongaria e os comunistas dinamitariam o Templo... Ordem é ordem. Ordem não se discute. O miliciano não precisa saber para o que foi convocado nem para onde vai, nem o que vai fazer. E eu cito esse exemplo, porque ele já se deu. E se os católicos comodistas, que discutem juramento na hora que meus milicianos morrem defendendo a ideia de Deus, se os literatos que pretendem lançar os germens da discórdia entre os que, mais do que nunca, devem estar unidos na hora do perigo, tiverem curiosidade de saber mais alguns pormenores, sobre as tempestades que se formam sobre a Religião, a Família, e a Pátria, que se aproximem um pouco de nossos infatigáveis “camisas-verdes” e lhes perguntem em que alicerces repousam a nossa força. Esse alicerce é o juramento. Num país de 8 milhões de quilômetros quadrados, com dificuldades de meios de comunicação, como poderá haver harmonia de movimentos, se não houver disciplina, se cada integralista não jurar que o trabalho pelo seu movimento será realizado “executando sem discutir” as ordens vindas do alto?”⁸

A lógica do juramento está colocada em carne viva. Ele garante à ordem seu cumprimento, o que traz ao movimento a coesão pretendida. O juramento é o pilar inevitável através do qual a autoridade se faz exercer, impedindo ao movimento uma possível desagregação, afinal, ele traça o limite entre o homem qualquer e o homem que se pretende integral e que, nesta condição, reconhece sua pequenez face às ordens. Em outras palavras é ele que possibilita a operacionalidade do poder, através do selar de um pacto nefasto de dominação.

Dominação, submissão, subordinação, todas estas são palavras caras ao vocabulário integralista. Esboçados no juramento, estes tipos de relações políticas vão se espalhar, caracterizando todo o movimento e tomando uma amplitude espetacularmente nova de conformação das relações políticas.

⁸ SALGADO, Plínio. O Juramento. In: *A Offensiva*, n. 32, 20 de dezembro de 1934, p. 2.

O projeto de um homem soldado traz à tona uma faceta fundamental do integralismo, e dos fascismos de uma forma geral, já que atinge diretamente o desenho das fronteiras entre público e privado.

A respeito destes dois universos, Antoine Prost assinalou que:

“A vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica, construída de diversas maneiras por sociedades determinadas. Não existe uma vida privada de limites definidos para sempre, e, sim um recorte variável da atividade humana entre a esfera pública e privada (...).”⁹

A afirmação parece evidente: esferas pública e privada são historicamente construídas. Dela, entretanto, decorre outra de maior importância: são mutáveis. Ao enunciar que estas duas instâncias formaram-se através de processos históricos complexos e datados, sua caracterização, enquanto dado inevitável do real, desmancha-se para dar lugar a um campo passível de (re) interpretação constante. A relação público/privado ganha lugar no tempo e nele vai encontrar seus determinantes, tendo seus laços feitos e refeitos de acordo com as variáveis em jogo.

No caso dos fascismos foi exatamente isso que ocorreu. A reformulação nas relações políticas atingiu diretamente as tradicionais barreiras de separação dos campos público e privado. A intensidade foi de ordem tamanha que nos permite falar em um processo de deglutição da esfera privada, com vistas ao seu quase desaparecimento. Robert Paxton analisou a situação dizendo que:

“Na verdade, esses regimes (fascistas) tentavam redesenhar de forma tão radical as fronteiras entre o privado e o público que a esfera privada praticamente desapareceu. (...). Segundo alguns observadores, essa tentativa de fazer com que a esfera pública engolisse a esfera privada por completo consiste, de fato, na essência do fascismo. Esse é um aspecto fundamental das intensas diferenças existentes entre o fascismo e o conservadorismo autoritário, que são ainda maiores no caso do liberalismo clássico.”¹⁰

⁹ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; Vincent, Gérard. *História da vida privada*. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009, vol. V, p. 15.

¹⁰ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007, p. 239.

A neurose de abarcar o homem em sua completude cuidará de retirar dele um espaço que lhe seja destinado por si só. A vida privada vai perdendo sua privacidade para tomar aspecto eminentemente público, o que faz com que questões vistas outrora como de foro íntimo migrem para o domínio do Estado. O processo é de hipertrofia do Estado que, como já foi dito antes, deixa de ser uma instância burocrática reguladora do bem público para se tornar um ente capaz de assegurar ao ser humano o cumprimento de sua finalidade.

Não é preciso ir muito longe para observar este processo, basta deter-se por um momento nas páginas da revista "Brasil Feminino". Em sessão dedicada ao ensino de atividades domésticas, a professora de desenho Olga Garcia da Rocha explicava que:

"(...) A arte no lar da Blusa Verde, deve ser uma das suas múltiplas preocupações, pois ninguém poderá contestar que sendo o Integralismo um movimento por Deus, pela Pátria e pela Família, claro está que também no lar, ele deve transparecer através dos arranjos artísticos e econômicos, confeccionados pela Blusa Verde, e tanto predispõem o espírito para a harmonia e tranqüilidade, mesmo quando este lar seja dos menos favorecidos da Deusa fortuna."¹¹

O lar integralista deve evocar o movimento. O conselho se torna ainda mais sugestivo na medida em que vem localizado em meio às coordenadas para confecção de uma almofada artesanal estampada com a letra grega sigma. Não só a almofada, mas uma série de outros apetrechos marcados pelos símbolos integralistas foram desenvolvidos para uso doméstico, formando um repertório que envolvia canecas, xícaras, guardanapos, toalhas e inúmeros outros itens. Mais do que efeito meramente decorativo, os objetos participavam da função de fazer do lar do militante um reduto do movimento, subtraindo-o de seu campo privado para torná-lo um espaço consagrado ao sigma.

Embora exemplo emblemático, o lar integralista não está só. Outras relações tidas como privadas foram alvo do projeto integralista de Estado, que viu nas cerimônias importante meio de consagrá-las. Três são os rituais que

¹¹ ROCHA, Olga Garcia. A arte no lar. In: *Brasil Feminino*, n. 36, jun. 1937, p. 44.

merecem maior atenção neste tópico: o casamento, o batizado e os funerais. Contudo, antes de prosseguir é necessária uma consideração. Woolf apontou que:

“Desfiles e encontros, símbolos e rituais não foram criados pelo fascismo: eles existiam desde longo tempo e tinham visto sua importância crescer com a emergência da sociedade de massas do final do século XIX (...).”¹²

Não se trata, pois, de uma criação ritualística total, que tenha partido do zero e se edificado sem qualquer base pré-existente. Os elementos simbólicos já presentes na sociedade foram capturados e reformulados, sendo repensados para, usados de outras formas, adquirir significados distintos daqueles que inicialmente possuíam.

Alcir Lenharo identificou este processo no caso brasileiro, denominando-o de “sacralização da política”. Para o autor, teria ocorrido uma apropriação de discursos e imagens teológicas que, produzidos e difundidos pela Igreja, teriam migrado para o campo da política, dando-lhe um novo arranjo. Assim ele nos esclarece:

“Tão ou mais decisivo foi o apoio intelectual prestado pela Igreja, cujo estoque de imagens e símbolos foi utilizado estrategicamente pelos ideólogos do poder. Esse intercâmbio pode ser visto como ameaçador para o teologia católica, na medida que seus conteúdos, sofrendo intensa secularização, se descaracterizassem. O modo como foram utilizados exaustivamente não demonstra apenas quanto penetrou nos poros culturais do país o legado teológico católico, mas principalmente o quanto a Igreja, sob noção de risco, preferiu investir naquela composição maquínica do poder, seu aliado certo contra o inimigo certo.”¹³

Apropriação, reinvenção, reinterpretação aparecem como as marcas que caracterizam esta alquimia política. No caso de nossos três rituais não

¹² WOOLF, Stuart. Les cérémonies du fascisme. In: MILZA, Pierre. *Art et fascisme*. Bruxelles: Complexe, 1989, p. 244.

¹³ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus: Editora da UNICAMP, 1986, p. 190.

há como ser diferente. Como é sabido, nenhum destes rituais foi criado pelo integralismo. Todos eles precedem em muito a criação da A.I.B., sendo verdadeiras marcas da cultura ocidental desde os tempos mais remotos. Não há como datar seu início, mesmo assim é possível dizer que ao longo do tempo assumiram um tom marcadamente cristão. Não os tendo criado, o que o integralismo fez foi reconfigurá-los, dando-lhes sua própria roupagem e instituindo novas significações.

Como movimento cristão, o integralismo não encontrou qualquer barreira que pudesse freá-lo de seu impulso para com estes rituais. Embora tenha deslocado em parte suas significações, por nenhum momento fez uma contraposição direta dos valores cristãos neles embutidos deixando, ao contrário, que muito dos preceitos da igreja continuassem figurando de forma privilegiada. A diferença fundamental é que a estes valores foi acrescentado um tom eminentemente fascista, o que lhes concedeu um estatuto não somente de fé religiosa mas de questão de Estado.

O primeiro deles, o casamento, foi uma das cerimônias de maior pompa do movimento. Conforme a tradição, ocorria em duas instâncias, a civil e a religiosa, sendo ambas altamente marcadas pela cênica do movimento. Já no começo das especificações sobre o evento, a indumentária era tratada como item fundamental:

“I – A noiva deverá apresentar-se, no ato civil, de blusa verde. No ato religioso deverá estar conforme a tradição brasileira, isto é, com o próprio vestido da noiva, grinalda e véu, trazendo distintivo integralista do lado do coração. O noivo vestirá, no ato civil, se de dia, camisa verde e calça branca, e se de noite, camisa verde e calça preta. No religioso o noivo estará de camisa verde e calça preta.”¹⁴

O uso de uniforme era obrigatório também aos integralistas que fossem assistir ao casamento. A estes estava expressamente recomendado que utilizassem todas as insígnias que sua posição no movimento lhes possibilitasse.

¹⁴ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 46. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Em se tratando de festa considerada importante, todo o garbo cerimonialesco do sigma deveria ser exibido. Os detalhes não precisavam ser poupados.

Devidamente trajados, os integralistas assistiriam à seguinte cerimônia:

“V – Terminando o ato civil, logo que todos tenham assinado o livro competente, a maior autoridade da Província dirá – Integralistas! Nossos companheiros F e F acabam de se unir perante a Bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornam o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público, de interesse da Posteridade, da qual se tornaram perpétuos servidores. Pela felicidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do C. Nacional. Aos nossos companheiros F e F, três Anauês”. Todos os presentes repetirão três vezes o Anauê. (...)

VII – A cerimônia religiosa, quando for solene, se realizará da seguinte maneira: os Integralistas formarão ala em toda a nave, até o altar mor, ficando as ‘Blusas-Verdes’ à direita e os ‘Camisas-verdes’ à esquerda de quem entra. Os Plinianos e Plinianas serão colocados no local mais conveniente, podendo empunhar galhardetes com cores nacionais do Sigma. Os membros da família e as autoridades de maior graduação, deverão colocar-se na capela mor, onde poderão ficar também pessoas gradas não integralistas.

VIII – Tanto no ato civil como no religioso, a autoridade maior presente, de braço erguido, dirá, em voz baixa ao novo casal: “O Chefe Nacional considera-se presente a esta cerimônia e deseja todas as felicidades ao novo casal.” Si se tratar da mesma autoridade, não precisará repetir em ambos atos essa saudação.”¹⁵

Encenada toda a união seu significado permanece oculto. O que representa para o integralismo realizar um casamento? Ou melhor, porque um movimento de âmbito político estaria interessado em organizar uma cerimônia como essa?

¹⁵ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 47 e 48. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Em 1935, durante o Segundo Congresso Integralista, o movimento registrou em seu estatuto aquele que viria a ser o mais conhecido de seus slogans: “Deus, Pátria e Família”. Julgando-se defensor de Deus e da Pátria, o integralismo reservava também à família um papel fundamental na manutenção da ordem social desejada.

Não é a toa que a “Revista Anauê”, logo em seu primeiro número, recomendava aos leitores o adorno de sua sala de visitas com um retrato de Plínio Salgado. À recomendação seguia-se uma fotografia do chefe integralista, que segundo as instruções deveria ser destacada e emoldurada a fim de fazer coro ao restante dos objetos espalhados pela casa. O objetivo de “honrar a sala de visitas de todo integralista” vem justificado da seguinte maneira:

“Além disto, não é justo que só os núcleos possuam a fotografia do Chefe, às famílias, como verdadeiros sub-núcleos, assiste igual direito. Inaugure-se, pois, no país inteiro, o retrato de quem se fez dono dos nossos corações. Que cada chefe de família convide seus amigos, vizinhos e parentes e, ao som do Hino da Pátria, renove o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional PLÍNIO SALGADO, diante da vida e diante da morte.”¹⁶

A fotografia do chefe é um direito da família. O direito lhe é garantido pela maneira como o movimento concebe sua função política de sub-núcleo. A invasão do lar não é somente a invasão do espaço físico destinado ao cotidiano, é, antes, a invasão das relações tecidas no interior deste espaço, as relações de convivência do grupo familiar, deste com o movimento e, conseqüentemente, com a pátria.

Endrica Geraldo sintetizou esta questão ao dizer que:

“A atenção que integralistas e eugenistas atribuíram à instituição familiar e ao temor quanto à existência de fatores que provocassem sua desagregação, aponta para uma concepção na qual a vida privada deveria ser submetida ao projeto de um Estado autoritário, centralizado e intervencionista e onde o direito coletivo deveria estar acima de qualquer forma de direito particular (...).”¹⁷

¹⁶ *Anauê*, n. 1, jan. 1935, p. 2.

¹⁷ GERALDO, Endrica. Integralismo e Eugenia. In: Dotta, Renato Alencar; Possas, Lídia

Considerada como entidade biológica, a família passa a figurar como expressão da realidade, já que em seu interior estão contidos os verdadeiros valores, aqueles que tidos como naturais são também corretos. O raciocínio estabelece que, sendo a família a primeira realidade humana, seus valores são aqueles que mais próximos estão do homem na sua essência, são os valores necessários ao homem, de modo que negá-los seria, em última instância, negar o próprio homem. Isto torna estes valores universais e, portanto, necessários ao Estado. Família e Estado passam a ser pensados como campos análogos, sendo a primeira a base do segundo. A este respeito Geraldo mais uma vez nos adverte:

“A família foi tomada como metáfora da ordem social e do próprio Estado Integral. Com isso, os integralistas objetivaram uma ‘familiarização’ do poder, associando a figura do Chefe Nacional à imagem de pai; a pátria ou o território nacional, ou ainda a nação, à imagem de mãe, e os brasileiros como seus filhos. Dos filhos, numa família ‘modelar’, espera-se disciplina e obediência em relação à autoridade, submissão irrestrita em relação ao pai e devoção e adoração sagrada pela mãe. Essa relação exclui, como se pode ver, a existência de conflitos, apresentando uma harmonização do estado como corpo ou como família ou ainda como reunião de famílias.”¹⁸

O próprio Plínio Salgado reconhece esta relação afirmando que:

“A Família é a síntese do Estado, das Classes, da Nação e da Humanidade. Ela exprime, no seu pequeno mundo, os fenômenos do Grande Mundo. A Grande Família Nacional vai buscar no pequeno núcleo o segredo de seus lineamentos e de sua estrutura, o princípio da solidariedade, a essência da autoridade, da harmonia dos movimentos e atitudes em que se conjugam as diferenciações dos temperamentos.”¹⁹

Maria V; CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo: novos estudos e reinterpretções*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, p. 146.

¹⁸ GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*. 2001, p. 20.

¹⁹ SALGADO, Plínio. *A revolução da família*. In: *A Offensiva*, n. 36, 17 de janeiro de 1935, p. 2.

A família é tomada como um núcleo equilibrado e harmônico, o que lhe confere um funcionamento interno exemplar, daí seus valores estarem tão bem cotados no integralismo. Este esquema vai exatamente ao encontro da concepção corporativa, já que a harmonia da família é alcançada pelo fato de cada membro desempenhar o papel que lhe é correspondente, sem subvertê-lo, formando uma totalidade saudável. Por isso é que o pai articula o conjunto pela autoridade, os filhos o obedecem e respeitam e a mulher cuida de sua missão de mãe e esposa, já que se assim não fosse a família entraria numa verdadeira anarquia, correndo até mesmo o risco de seu esfacelamento.

Este é o contexto onde se desenvolve o casamento. Início do núcleo familiar, ele é o ponto a partir do qual surgirá uma nova família. O casamento integralista é o momento no qual os noivos definem seu perfil familiar, afirmando o compromisso de formarem uma família de acordo com os princípios do movimento. Homem e mulher se habilitam a ocupar as funções familiares que lhes são destinadas e, conseqüentemente, desempenhar seu papel perante a pátria. Num movimento que considera a família substrato da nação, a condição dos membros familiares é antes um problema que envolve sua posição em relação ao que se espera deles nacionalmente falando.

Sobre a relação conjugal, Salgado mencionou que:

"(...) Além disso, não há na própria natureza, que os fez diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento de onde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes, segundo os admiráveis desígnios do Criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e no meio social, precisamente pela sua diversidade a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com a necessária distinção e correspondente separação proporcionada às diversas idades e circunstâncias.

(...)

Casando-se, a sua convivência com o marido limita-se aos encontros efêmeros de um amor sem raízes, esse falso amor sobre o qual se constroem os castelos de cartas dos casamentos desgraçados. A mulher desvaloriza-se na indistinção dos sexos, e, em consequência, o homem rebaixa-se, perdendo o teor viril, porque nos países onde a mulher se masculiniza, o homem também se torna efeminado.

Posto o homem e a mulher nessas condições, só resta, como ligação de milhares de indivíduos sem elos morais entre si, a força coercitiva do Estado.

Extintos os deveres entre o homem e a mulher, entre os cônjuges e os filhos, entre os grupos familiar, profissional, comunidades locais e conjunto nacional, – desaparecem os direitos correspondentes, para só imperar a ditadura sangrenta e absorvente da liberdade humana.”²⁰

A ênfase neste tipo de construção de papéis, que considera funções sociais a partir do espaço familiar, foi tratada de forma freqüente e aberta pelo movimento. Por diversas vezes o integralismo reafirmou seu projeto de moralização a partir da família, entendendo as relações políticas com base no que imaginava que deveriam ser as relações familiares. No caso do casamento integralista, não só ele era o passo primeiro e essencial para a construção de uma família digna, como também era capaz de definir os termos nos quais se desenvolveria a relação entre homens e mulheres neste campo. Prova disso é a reportagem publicada no terceiro número da “Revista Anauê”, que esquematiza aquelas que deveriam ser as qualidades da boa esposa logo abaixo da fotografia de um casamento civil:

²⁰ SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX. In: Obras completas*. São Paulo, Editora das Américas. 1955, vol. 8.



UM CASAMENTO INTEGRALISTA

Enlace Noye Levvina-Theodore G. Remberg, compozição do enlace de Joliette. Os noivos entregaram a simbólica coroa de vidro.

O Decalogo da bôa esposa

1 — Ama a teu marido acima de todas as cousas, ama a teu proximo o melhor que podes, mas lembra-te que a tua casa pertence a teu marido e não ao teu proximo.

2 — Considera o teu marido como um hospede de distincção, como um amigo precioso e não como uma amiga á qual se contam os pequenos aborrecimentos da existencia. Livra-te dessa amiga se te for possível.

3 — Que a tua casa esteja em ordem e teu rosto sorridente, quando elle regressar do trabalho. Entretanto se elle não o notar immediatamente, não te aborreças; desculpa-o.

4 — Não lhe peças o superfluo para a tua casa; pede-lhe apenas uma habitação risonha, um pouco de espaço livre e tranquillidade para as creanças.

5 — Que as creanças sejam sempre saudas e limpas; tu mesma sê como ellas, sadia e lim-

pa. Que elle sorria, vendo-vos e pense em vos ausente.

6 — Lembra-te que o desposaste para a boa e má sorte. Se todo o mundo o abandonar, tu deverás conservar ainda a tua mão nas suas.

7 — Se teu marido tem ainda a sua mãe, lembra-te que nunca será boa demais nem bastante dedicada para com aquella que o embalou nos braços.

8 — Não peças a existencia a que ella já não pode conceder a ninguém; se fores útil, já és feliz.

9 — Se a desgraça sobrevier, não desanimas e não desesperes. Tem confiança em teu marido, e elle terá cotagem por dois.

10 — Se teu marido se afasta, espera-o. Mesmo se elle te abandonar, espera-o. Porque não és somente a sua mulher, tu és a honra de seu nome. E um dia elle voltará abençoando-te.

O LIVRO
DO
MOMENTO

RUMO AO SIGMA

DO COM. TE VICTOR PUJOL
A VENDA
EM TODO O PAIZ

Este tipo de discurso faz com que o casamento se transforme numa atitude patriótica, pois que faz parte do projeto de construção de um determinado tipo de nação. Explica-se daí que a cerimônia seja feita em frente à bandeira da pátria e que a fala enfatize que as responsabilidades do casamento estão assumidas perante a nação. Estas duas características definem os termos nos quais está sendo feito o enlace. O tom é incisivo, são responsabilidades o que se está assumindo e, mais do que isso, são responsabilidades para com

a nação inteira. Esta característica faz com que o pacto do casamento deixe de ser tecido unicamente pelas duas pessoas envolvidas para se tornar um pacto com todo o restante da sociedade em torno da manutenção de uma determinada ordem que envolve um compromisso moral.

A fala proferida demonstra bem este deslocamento quando sublinha a necessidade de fazer do casamento um ato público de interesse da posteridade. Não deve ser movido pelo egoísmo, mas pelo perpétuo servilismo que tanto marcou o discurso fascista. O casamento deve ser o primeiro passo no solidificar de um dos pilares do Estado Integral, sua função é definida na sua relação com a família e desta com a nação. Se no caso do homem integral sua existência está determinada pelo projeto de nação, no casamento a existência do casal enquanto tal é que a ele deve se submeter. O ritual é o laço que torna a vida conjugal, em sua moralidade, domínio político, e, portanto, problema de Estado.

Semelhante processo de interferência na dimensão privada ocorre no batizado. A preparação de seu ritual começava já na organização do cenário. Exigia-se dele que fosse feito em um templo cristão, estando excluída a possibilidade de realização no núcleo. A dois plinianos cabia a tarefa de segurar a bandeira do sigma estendida, adornando as proximidades da pia batismal. O uniforme, tanto das crianças como dos adultos, era item do qual não se podia esquecer.

Criado o cenário, prosseguia-se à encenação. O ritual previa que o batismo acontecesse normalmente, de acordo com a tradição religiosa, mas que:

“V – Findo o ato religioso, será a criança envolvida na bandeira Azul e Branca, e apresentado pelo pai ou pelo padrinho, às pessoas presentes, com estas palavras: – Companheiros!... E.. (nome da criança), recebeu o primeiro sacramento da fé Cristã, sob a égide do Sigma. Ao futuro Pliniano, o seu primeiro Anauê! Os presentes responderão: – “Anauê”

VI – finda esta cerimônia, os Plinianos formarão uma ala, de braços rguidos, por onde sairão todos os Integralistas do Templo (...).”²¹

²¹ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 45. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Nada é mais expressivo que a presença pliniana. A função do batizado, de conduzir uma nova criança à causa pliniana não poderia deixar de reunir a presença de uma série de outras crianças. Estas eram peças-chaves no desenrolar da trama simbólica que envolvia o batismo, fazendo dele o ato inicial da vida.

Ao longo de sua existência, a A.I.B. deu atenção especial à questão da infância. Uma pequena estrutura burocrática foi montada visando educar as novas gerações para os novos valores. As crianças foram divididas, de acordo com sua faixa etária, em infantes (de 4 a 6 anos), curupiras (de 6 a 9 anos), vanguardeiros (dos 10 aos 12 anos) e pioneiros (dos 13 aos 15 anos). Cada uma destas etapas propunha um conjunto de atividades educativas visando o desenvolvimento físico e psíquico do pequeno militante, que cuidavam de torná-lo o futuro soldado do sigma.

A ideia de preparar o homem desde a mais remota infância para sua missão foi expressa claramente por aqueles que se dedicaram a pensar sobre o papel da criança. O Padre Leopoldo Aires, por exemplo, tratou a questão da seguinte forma:

“Se o homem é o que a criança foi – é preciso na criança preparar o homem. O sentido dessa preparação está subordinado, não a valores relativos e transitórios, mas a um ideal absoluto.

(...)

Ver na criança o plasmador do futuro, neste sentido, educá-la; objetivar nesta educação, não só seu aspecto somático, o aspecto físico, o aspecto intelectual, mas, antes de tudo, o seu aspecto moral, a isso é que aspira o Integralismo, cujo nome justifica a sua posição diante do conjunto desses problemas. A formação pliniana colima esse fim: educar a criança absolutamente integrada na plenitude dos Ideais do Sigma, para que seja um brasileiro consciente de suas energias vitais, energias que ele desde muito cedo alimentou e criou para o sentido de construir uma Pátria consciente, também, dos seus destinos magníficos (...).”²²

²² *Anauê*, n. 17, jul. 1937, p. 42.

A criança tem que ser moldada, definida, enquadrada. O que se espera dela é que desde pequena seja capaz do desprendimento e da abnegação para servir aos ideais maiores que devem nortear sua vida. Não é possível estruturar uma pátria grande e forte sem a educação infantil e aqui outra constatação: o pliniano, antes de tudo, pertence à pátria. Sendo o embrião do homem integral, sua existência deve ser estruturada desde o começo com vista a atingir esta finalidade, o que faz da educação das crianças não um meio de formação para a cidadania e a reflexão, mas sim um campo de dominação onde são ensinados obediência e disciplina.

Frente a este cenário, a A.I.B. toma para a si a tarefa de coordenar a infância, determinando a maneira pela qual deve acontecer. O movimento, que simula o Estado, é o guia do pliniano para que ele não se desvie de seu caminho, ele é que assegura aos pequenos o encontro com seu futuro de servos da nação. A tirania é tão maior porque não bastasse sacramentar o destino das crianças, o integralismo ainda toma para si a tarefa de conduzi-las a ele, incorporando-as burocraticamente na sua verticalidade organizacional.

Algumas imagens enviadas à Revista Anauê demonstram a cenografia infantil, ilustrando plinianos uniformizados, exibindo símbolos do movimento e até mesmo realizando a saudação integralista:

Muitas promessas, muitos deveres, era isso o que se jurava. As determinações esboçam claramente o autoritarismo que envolvia a questão de sua participação. A ideia de transformar o pliniano num pequeno soldado evidencia o gosto integralista pela militarização. A obediência aos pais reitera o papel da família na formação da conduta considerada ideal e propõe o aprendizado do princípio da autoridade. Além disso, a proposta de fazer do futuro homem integral alguém útil a Deus, à Pátria e à Família não deixa dúvida quanto às pretensões do movimento em orientar toda a vida infantil para suas próprias causas.

O batizado aparece como o alicerce de toda esta arquitetura. Nele estavam condensados os princípios básicos da trama política, que tinha previsão de se desenvolver no correr dos anos. Se no batismo religioso a criança está condenada a um conjunto de princípios morais determinados pela religião, no caso do batismo integralista os valores são afirmados perante a nação. A condenação, entretanto, permanece a mesma.

É por isso que o batizado, como primeiro ritual da vida, vem para ser o corolário de seu sentido. Ele é o elo que liga a criança à pátria, fixando, no primeiro, objeto do segundo e assim estabelecendo uma espécie de fé nacional. Em outras palavras, o batizado consagra a criança à pátria, criando um ordenamento que toma a segunda como critério para definir a primeira.

Maurício Braz de Araújo relata como primeiro item na cartilha de deveres plinianos que:

“O pliniano sabe obedecer. Compreende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral. – A disciplina é necessária em toda parte. Onde não há disciplina não há ordem, e onde não há ordem, nada vai para frente. Para que marche bem uma máquina, é preciso que cada uma de suas peças preencha as suas funções sem resistência. Basta que uma peça funcione mal para que a máquina não produza o que deveria produzir. Como uma peça em mau estado é, em qualquer meio, uma pessoa indisciplinada.”²⁴

Peça de máquina, da grande máquina chamada nação, é este o carma imposto pelo batizado ao futuro pliniano, é esse seu destino necessário.

²⁴ ARAÚJO, Maurício Braz. Deveres do Pliniano. In: Anauê, n. 1, jan. 1935, p. 66.

Mas, se o integralismo definiu a vida, não se esqueceu de seu término. À morte do soldado da pátria não poderiam deixar de ser prestadas as devidas homenagens, sobretudo porque, em se tratando do desfecho de uma vida que se esperava grandiosa em seu patriotismo, era preciso reconhecer-lhe os feitos. O integralista era o homem capaz de lutar pela pátria ao custo de seu sacrifício individual, honrá-lo ao final parecia uma alternativa justa em meio ao seu dedicado viver. Vida e morte aparecem numa ligação direta e, ao invés de simples oposição antitética, figuram numa relação onde o rito fúnebre homenageia a vida. O enterro integralista coroa a vida integralista.

Do ponto de vista da organização da cerimônia, estava previsto que um grupo de camisas-verdes velasse o corpo enquanto estivesse na câmara mortuária e que depois o caixão fosse coberto por uma bandeira integralista. Uniformizados, os integralistas deveriam acompanhar o cortejo de enterro e:

“(...) no cemitério, procederão à chamada do morto, do seguinte modo: os Integralistas formarão alinhados e em silêncio, junto à sepultura, onde já estará colocado o caixão, e a autoridade presente de maior graduação da Província, do Município ou do Distrito, onde se realiza o enterramento, dirá – “Integralistas, vai baixar à sepultura o corpo do nosso companheiro F.. (nome do falecido), transferido para a Milícia do Além. Fará um rápido panegírico do morto, findo o que dirá: – “Vou fazer a sua chamada; antes, porém, peço um minuto de concentração em homenagem ao companheiro falecido”. Esgotado esse minuto, será feita a chamada com a mesma fórmula do artigo seguinte.”²⁵

A fórmula da chamada vinha assim especificada no artigo 158:

“(...) Todos se levantam mantendo-se em absoluto silêncio; esgotado o minuto de silêncio o presidente fará a chamada do morto: – “Companheiro F.. (Todos os Integralistas responderão – “Presente!”) – “No integralismo ninguém morre! Quem entrou neste Movimento imortalizou-se no coração dos “Camisas-verdes”!... Ao companheiro F.. (falecido) três Anauês! Todos responderão – Anauê! Anauê! Anauê!”²⁶

²⁵ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 48. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

²⁶ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 48. Documento 051.024.004: Arquivo Público e

Não há como negar certo tom transcendental, afinal, a tônica do misticismo impõe a presença do morto. Considerado como parte de um todo que é o movimento, ele vai se imortalizar na fala coletiva, que toma para si a tarefa de representá-lo enquanto integralista. Quando os presentes respondem à chamada, o que fazem é reafirmar a relação entre a vida daquele que morreu e o movimento e é pelo fato de a primeira ter se orientado para o segundo que, continuando o movimento, continua também, de alguma forma, o camisa-verde.

Rosa Cavallari aponta esta continuidade afirmando que:

“Já com relação aos falecimentos, é interessante destacar o caráter de perpetuidade e de imortalidade que se pretendia imprimir à militância e ao Movimento. Para tanto, veiculava-se a idéia de que o integralista era eterno. Isto é, o integralista não morria, era transferido para a milícia do além.”²⁷

A presença do sagrado é tão forte que permite a criação de um espaço integralista no plano extraterreno. A combinação jocosa entre a organização militar e o espaço celestial cria a milícia do além, que funciona como um depósito espiritual de integralistas e garante o efeito de prolongamento da vida. Todo este processo faz da morte ao mesmo tempo um dado religioso e político, enchendo de patriotismo o luto. O enterro é tido como uma cerimônia oficial, de Estado, o que lhe confere tom nacionalista e estabelece uma emotividade onde a pátria mãe recebe seu filho e o conduz ao local merecido. A cerimônia reafirma a identidade nacionalista do morto, ela é, antes de tudo, sua acolhida pela nação.

Do batizado ao funeral, passando pelo casamento, eis aqui esboçada a trajetória de vida do integralista. Instituído os marcos inicial e final, o integralismo conduzia a vida em sua instância mais íntima, regravando-a, estabelecendo-lhe os parâmetros de moralidade, determinando suas normas. Não há como não se deixar impressionar pelo apelo moralizante: a moral arquitetada no ambiente privado é tida como essencial à pátria e, portanto,

Histórico do Município de Rio Claro.

²⁷ CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. *Op. cit.*, p. 176.

sua definição, resguardo e manutenção são funções do movimento às quais os rituais prestam-se bem.

Privado e público rompem-se, suas fronteiras caem por terra, seus limites são escamoteados. O que resta disso é um homem amordaçado pela obediência, sufocado pela autoridade. Nascer para o movimento, casar para o movimento, morrer no movimento, ou, nascer para pátria, casar para pátria, morrer na pátria, sinônimos de uma mesma atitude grosseiramente fundada num projeto político que arde na febre patriótica. Viver pelo movimento, para o movimento, viver pela pátria, viver para a pátria; eis aqui para o militante seu lema, seu futuro, seu destino.

[capítulo três]

O Despertar de uma Nação

Em 1933, Plínio Salgado realizou a seguinte avaliação:

“O Brasil, para o qual se elaborou uma Constituição já morreu, de há muito, desde os primeiros tiros de canhão de Copacabana, em 1922. O que existe agora é uma Nação Nova, cuja alma estamos começando a despertar.

Sem despertar essa alma, de nada valerão as leis, de nada valerá a sabedoria dos juristas, que já estão também agonizando e a pedir às novas gerações que os enterrem depressa.”¹

Passados dois anos, o autor via já o processo em seu curso:

“Em 23 de abril de 1933, realizei o primeiro desfile de “camisas-verdes”, desfraldando a bandeira azul-e-branca do Sigma.

Eram poucos: operários, estudantes.

Seus passos ecoaram nas ruas de S. Paulo e foram ouvidos em todo o Brasil.

Com as faces marcadas por dez anos de teimosas lutas, caminhei com eles. Esperei-os pacientemente durante esses dez anos. Eles vieram na hora exata.

Em todas as cidades do país, dezenas, centenas, milhares de integralistas puseram-se a marchar. São hoje 400.000.

A Nação despertou.”²

¹ SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1935, p. 197.

² SALGADO, Plínio. *op. cit.*, p. 21 e 22.

Desperta, em pé e marchando, esta é a nação descrita por Plínio em 1935. A marcha integralista é o laudo a partir do qual afirma seu diagnóstico, ela é a prova viva do término do marasmo nacional. Se até então o que se tinha visto era uma nação estupidamente imóvel, dormindo o mais profundo sono, agora finalmente a nação abria seus olhos, tomava consciência de seu esplendor e movia-se.

Em termos rituais, este despertar também estava anunciado. Para o dia 28 de fevereiro, os protocolos previam que fosse realizada a “Vigília da Nação”, em comemoração ao 1º Congresso Integralista Brasileiro de Vitória, que aconteceu em mesma data. Bastante simples, a cerimônia ocorria quando às 21 horas, com os integralistas em pé, seguia-se um minuto de silêncio durante o qual o pensamento dos camisas-verdes estaria concentrado em Deus, para que este inspirasse o chefe. Esgotado o minuto, o presidente da sessão pronunciaria a seguinte sentença:

“(…) O Integralismo está vivo em todo o território da Nação Brasileira. A Pátria despertou. Pelo Brasil grande e forte, ergamos três anauês!” Todos responderão – “Anauê! Anauê! Anauê!(...)”³

A ideia de despertar a nação aparece com frequência nos textos de Salgado, tornando-se uma bandeira defendida com unhas e dentes contra a apatia nacional. Incomodava-o a percepção de um povo entregue ao nada, uma “horda dos inconscientes, dos sonambúlicos, dos incapazes”. O que esperava, ao contrário, era um povo capaz de voltar suas forças aos interesses da nação, uma comunidade atenta às questões do Brasil, em suma, uma massa altamente mobilizada para o nacionalismo.

Ao tratar sobre a questão das massas no fascismo, Robert Paxton declarou que:

“Os fascistas rapidamente tiraram partido da falta de habilidade dos centristas e conservadores para manter o controle sobre o eleitorado de massas. Enquanto os dinossauros notáveis desprezavam as políticas

³ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 50. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

de massas, os fascistas mostravam como fazer uso delas em prol do nacionalismo e do anti-esquerdismo. Ganharam acesso às massas por meio de excitantes espetáculos políticos e de técnicas de publicidade espertas, criaram maneiras de disciplinar essas multidões pela organização paramilitar e pela liderança carismática e prometeram a substituição de eleições incertas por plebiscitos sim ou não. Enquanto os cidadãos de uma democracia parlamentar votavam para escolher uns poucos cidadãos seus para representá-los, os fascistas representavam sua cidadania de forma direta, participando de cerimônias de assentimento das massas. (...)”⁴

Para o autor, as massas figuram como importante sujeito na política de tipo fascista. A maneira como esta política escolhe se relacionar com a massa é apontada como uma das especificidades que a caracterizam. Manter a massa mobilizada de forma controlada, garantindo a ela uma participação disciplinada, regrada e verticalmente instituída foi uma das iniciativas que serviram de suporte ao fascismo.

A proposta de Plínio Salgado estava perfeitamente de acordo com o que faziam seus irmãos europeus. Não são poucos os autores que já demonstraram o investimento do integralismo na relação com as massas, o que lhe rendeu o epíteto de primeiro partido de massas do Brasil. Sua organização, sua imprensa, sua milícia, todos aparecem como instrumentos fundamentais neste processo mobilizador. Em meio a eles e complementando-os é que surgem os rituais, verdadeiras peças chave nesta trama política.

Se voltarmos por um instante às palavras de Paxton, veremos que muito do contato do fascismo com as massas foi feito por meio do que ele denominou de “espetáculos políticos”. A proposta de construir grandes solenidades públicas nas quais as pessoas fossem chamadas a participar servia para criar certa proximidade do regime para com elas e projetar nelas seus valores. Através das cerimônias arquitetava-se uma mística que vinculava as massas ao projeto político, determinando as relações entre ambos, o que faz da organização cênica instrumento da organização política.

Durante a existência oficial da A.I.B foram organizados inúmeros rituais de massa. A sessão intitulada “Integralismo nas Províncias”, constante do jornal “A Offensiva”, por raras vezes deixou de trazer notícia sobre algum evento

⁴ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007, p. 137.

deste tipo. Reuniões de núcleos, congressos e, sobretudo marchas, são alguns dos exemplos do que foi registrado pelos redatores do jornal. Cerimônias maiores, de proporções nacionais, por vezes foram notícia de primeira página, sendo descritas em seus pormenores. O espaço que a imprensa dedicou a estes rituais indica sua relevância para a proposta integralista de gerenciar a multidão.

Ainda que estas solenidades possuíssem formas diferentes, havia um elemento que lhes era comum: os personagens. Na relação com as massas, a dramaturgia do sigma não poderia deixar fora de cena seus atores principais. O espetáculo contava primeiramente e, pela própria definição, com as massas, que eram acompanhadas, de forma real ou representada, pela mais alta autoridade do movimento, o chefe. É compreensível, portanto, que o entendimento sobre estas cerimônias comece por estes intérpretes, afinal, colocados no mesmo espaço, eles protagonizam a peça, fazendo dela um espetáculo verdadeiramente fascista.

Ao longo dos textos de Salgado, diversos são os termos utilizados para se referir às massas. Povo e multidão são sinônimos frequentes. A mudança de vocabulário, entretanto, não altera a ideia fundamental do autor e aqui vale um pequeno parêntese: seja qual for o termo escolhido, massa, multidão, povo não são realidades históricas dadas, são antes de tudo conceitos políticos. A tendência em considerar estas definições como um dado de natureza numérica faz com que por diversas vezes elas nos apareçam como simples questão estatística, designando um amontoado de pessoas, um simples e volumoso punhado de gente. É verdade que não se pode excluir o número desta equação conceitual, mas não se deve esperar dele que seja seu único componente. O que define estes conceitos é justamente o fato de atribuírem ao conjunto de pessoas uma série de características comportamentais que lhes conformam uma maneira específica de agir. Assim é que se pode falar em uma psicologia das multidões, como fez Le Bon, estipular a existência de um homem-massa como Ortega Y Gasset, ou, ainda, entender o povo como uma infantilidade, o “povo-creança”, como o faz Plínio Salgado: seja lá quais forem as diferenças entre eles, todos tentam criar uma lógica de comportamento para a coletividade e é este o fundamento de sua explicação.

Voltando às definições de Salgado, é sintomática a análise feita por ele em um de seus artigos. Publicado no jornal "A Offensiva" de Abril de 1936 com o título de "Ariel e Caliban"⁵, nele o autor evoca a velha metáfora shakespeariana para tratar das virtudes e dos problemas do Brasil. Em uma pequena listagem sobre os calibans, a "grande massa popular inconsciente" figura como item de destaque, sendo o primeiro a ser citado. O adjetivo não pode deixar de chamar a atenção, afinal, por que a massa seria inconsciente? O autor mesmo nos dá a pista de resposta quando escreve:

"Precisamos tomar o brasileiro como ele é, e não como deveria ser. Colocá-lo nos diferentes meios em que ele exerce a sua atividade. Estudá-lo como um povo que ainda não se definiu; que não atingiu a maturidade; que não cristalizou ainda uma consciência política, nem um sentimento de nacionalidade; que se identifica, no conjunto, exatamente pela disparidade das feições individuais. Aceitá-lo, como é: empírico, pessoalista, estadualista, municipalista, volúvel, cheio de entusiasmos efêmeros cortados de períodos de ceticismo deprimente, superficial e imediato, amigo de exterioridades, enormemente imaginativo, sem permanência de forças volitivas, julgando tudo pelas aparências, incerto e mudável como os terrenos em período de formação telúrica."⁶

A falta de personalidade do povo brasileiro lhe transforma numa criança boba que, iludida com facilidade, se perde de seu justo caminho. Tudo nele é imediato, as preocupações são empíricas e os sentimentos passageiros. Desprovido de consciência nacional ele vaga pela pátria a mercê de aproveitadores oportunistas que o corrompem ainda mais. Sem rédeas, sem guias, o "povo-criança" está afastado de seu destino histórico.

A equiparação do povo a uma criança é bastante sugestiva. Ao mesmo tempo que possibilita vê-lo como desorientado, perdido e ingênuo, permite considerá-lo como sendo essencialmente "bom". Assim, apesar das inúmeras críticas, o povo não age de forma incorreta por ser maldoso, mas porque ainda não foi devidamente educado. Mesmo seu egoísmo parece ser tratado como uma espécie de birra, um choro pueril. Criança, ele é rudimentar, primário.

⁵ A *Offensiva*, n. 166, 26 de abril de 1936, p. 2.

⁶ SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1935, p. 135.

Compreendendo as massas por esta forma, o integralismo declarará a necessidade de educá-las. É Cavalari quem percebe este movimento ao afirmar que:

“Se a massa popular era imatura, incapaz, inconsciente e estúpida, ela não tinha condições de, sozinha, conduzir-se na vida. Havia necessidade de que alguém, que possuísse todas as virtudes que lhe faltavam, interpretasse suas aspirações, a conduzisse e guiasse (...).”⁷

Uma criança não pode ficar entregue a si mesma, ela precisa de alguém que a tome pela mão e a conduza. Orientar, doutrinar, com esta missão é que o integralismo se colocava frente a este agrupamento de pessoas. Era preciso direcioná-lo para os verdadeiros valores, educá-lo para o patriotismo, fazer dele um povo disciplinado capaz de respeitar o princípio da autoridade. Não se tratava de uma educação formal, mas sim uma educação que fosse “(...) guardiã do que deveria ser o mais caro ao povo brasileiro, ou seja, a dignidade, o espiritualismo, o civismo, a moral (...).”⁸

Quanto a isso, nada é mais conclusivo do que as palavras de ordem de Salgado:

“Despertemos no coração dos brasileiros a consciência desse grande destino. Para que um povo adquira energias e discipline seus movimentos, é preciso que lhe ensinem a sua missão na História e que lhe revelem o que os séculos vindouros lhe reservam.”⁹

Não podem ser outras as palavras que melhor sintetizam a relação do integralismo com as massas.

⁷ Cavalari, Rosa Maria F. A Educação no Projeto Integralista. In: Dotta, Renato Alencar; Possas, Lídia Maria V; CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, p. 92.

⁸ Cavalari, Rosa Maria F. *op. cit.*, p. 92.

⁹ SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1935, p. 59.

Nosso outro personagem é figura bastante conhecida, afinal é quase impossível falar em integralismo sem que rapidamente nos venha à mente a figura de Plínio Salgado. O fenômeno não parece ser uma especificidade do movimento: seus congêneres apresentam o mesmo quadro. Quem consegue pensar no fascismo sem lembrar do duce? Ou, como pensar o nazismo sem a figura do fuher?

Esta associação imediata certamente não é gratuita. Seja qual for o caso em questão, todos estes regimes partilharam de algumas noções comuns relacionadas ao papel do chefe e investiram pesadamente na construção de sua figura. Laura Malvano, ao analisar o fascismo italiano, concluiu que:

“(...) ‘A esmagadora, predominante e dominante figura do Duce’ tornava-se de fato um acessível suporte interpretativo que permitia concentrar num símbolo visual, evitando qualquer perturbadora mediação conceitual, a imagem do próprio fascismo (...)”¹⁰

Isso indica que o chefe era não só indispensável ao fascismo como era sua própria expressão. Em sua pessoa manifestavam-se os ideais defendidos pelo regime, o que o tornava um exemplo a ser seguido pelos demais. Chefe e ideal de regime confundiam-se.

O integralismo parece ter seguido estas mesmas coordenadas gerais lançadas pelo fascismo. Em seus Protocolos e Rituais o movimento anunciava:

“Art. 11 – O Chefe Nacional é a síntese dos anseios de todos os Integralistas, o intérprete e o defensor supremo da Doutrina do Sigma. Mais que uma pessoa ele é uma ideia.”¹¹

Encarnando a ideia, Plínio Salgado apresentava-se como uma figura capaz de condensar em si mesmo toda uma doutrina, todo um modo de

¹⁰ MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, Giovanni; SCHIMIDTT, Jean-Claude. *História dos jovens 2^o: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 279.

¹¹ Panfleto “Protocolos e Rituais”, p. 7. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

ser. Se considerarmos que a pluralidade nunca fez parte do vocabulário político integralista, entender que houvesse um único sujeito no qual se consubstanciavam os ideais do movimento significa dotá-lo do “modo de ser” por excelência, o único considerado legítimo pelo movimento. Salgado era o verdadeiro integralista, o autêntico homem integral.

Em um artigo publicado em 1934, intitulado “Elogio da Ausência”, Salgado expunha algumas de suas concepções a respeito de sua condição de chefe. Na ocasião ele havia sido convidado para ser paraninfo de uma turma de formandos na cidade de Jaboticabal e, tendo confirmado presença, no dia não compareceu, explicando-se da seguinte maneira:

“Não me tivestes convosco; tivestes, entretanto, a nossa ideia. Tivestes, no dia da vossa formatura, a sensação do adulto. Entre vós e o Integralismo nada se interpôs. Minha presença daria a vossa festa o cunho de uma afetividade pessoal. Minha ausência deu a ela o cunho altíssimo de um culto ao Pensamento. Olhando para mim, pensaríeis mais em mim do que nas vossas responsabilidades, como continuadores da obra cujo primeiro impulso imprimi. Teríeis rendido homenagens ao escritor, não ao pensamento contido nos seus livros; teríeis reverenciado o Chefe, não teríeis meditado sobre o princípio da Autoridade; teríeis fixado os olhares no homem, distraíndo vosso olhar da Grande Ideia. E eu vos asseguro que eu estou muito mais na nossa ideia do que em mim próprio. Como ideia, estou em toda a parte de nossa carta geográfica; estou no passado, como estou no presente e no futuro; estou na hora da vossa meditação, como estou na hora de vossa emoção. Como homem estou apenas no espaço reduzido em que sofro os ecos mesquinhos das incompreensões. Eis porque desejando intensamente estar em Jaboticabal, no dia em que pretendia falar a todos os moços da vossa idade, resolvi fazer-me presente da melhor maneira: ausentando-me.”¹²

Ausentando-se, Salgado cuidava de deixar claro que a posição de chefe não deveria se ligar a um culto de caráter personalizado, no sentido de valorização do indivíduo. Ao afirmar que sua ausência teria possibilitado um encontro direto dos militantes com o integralismo, sem qualquer interposição,

¹² A Offensiva, n. 31, 13 de dezembro de 1934, p. 2.

o autor corrobora a hipótese de que em sua presença, real ou virtual, a mediação é feita por sua própria figura, que se torna ela mesma a representação do integralismo ou o integralismo vivo. O chefe importa não pela pessoa que é, mas pela ideia que contém.

O processo de identificação chefe/ideia adquire tamanha força no integralismo que o primeiro passa a ser despido de sua condição de humano para integrar o fenômeno transcendental do ideal político. Não se trata de descartar as características pessoais do líder, mas sim de associá-las aos ideais integralistas, o que daria à sua existência uma dimensão absolutamente política, orientada totalmente para o projeto integralista de Estado, fazendo dele sua figura exemplar.

É por isso que importam menos o escritor que as ideias contidas em seus textos, que mais importante do que a pessoa do chefe é o princípio da autoridade: seja qual for a característica individual de Plínio Salgado, ela será significada como expressão dos ideais do movimento e só assim será validada. Se o chefe encarna a ideia, então suas características importam menos por elas mesmas e mais porque representam os princípios contidos no ideal integralista. Não basta olhar o homem, é preciso ver nele a Grande Ideia, o movimento todo.

Um artigo publicado na “Revista Anauê” coloca da forma o mais direta possível este aspecto. O autor, representado pela sigla E.C.M., nos diz que:

“A mais forte personalidade da nossa Pátria, o homem que congrega em torno de si todos os que pugnam pela afirmação heróica da personalidade contra o nivelamento artificial dos bolchevistas, – como que se despersonaliza, impedindo uma homenagem justíssima de seus filhos espirituais, mas dando também um golpe de morte em todo personalismo que, por desventura, se aninhe ainda no coração d’algum camisa-verde Companheiros! Sigamos os passos do Chefe. Aniquilemos o EGO, que se incha com os elogios e se melindra com as críticas. Dispamo-nos da vaidade, do orgulho, do exibicionismo tolo e burguês. Trabalhem, como simples operários, na construção do majestoso edifício da Pátria, obedecendo, sem discutir, as ordens do sapientíssimo arquiteto, o Chefe Nacional!”¹³

¹³ *Anauê*, n. 1, jan. 1935.

Claude Lefort, interessado na compreensão do fenômeno totalitário, apontou:

“Eis o que nos leva a compreender que o sistema totalitário não se organiza a não ser pela intervenção de um indivíduo que o excede. Dissemos que, num certo sentido, este é seu produto. Mas esse produto é engendrado de tal maneira que se destaca, se desacorrenta. Ou, em outros termos, se é verdade que o sistema é regido pela representação da não-divisão, pelo fantasma do Um, requer à distância, a figura de Alg-Um, uma figura que assegura à sociedade sua identidade, seus contornos, sua homogeneidade; requer um nome próprio pelo qual esta se ache enunciada; e essa figura, esse nome são os de um Outro, de um indivíduo que, possuído pelo corpo social é simultaneamente enclausurado na sua existência privada, de um indivíduo cujos fantasmas são desencadeados pelo fantasma totalitário.”¹⁴

Embora Lefort esteja empenhado na compreensão do stalinismo, sua afirmação se aplica perfeitamente ao conteúdo integralista. Plínio Salgado é o outro, o alg-um de quem o autor nos fala. Sua condição de “síntese dos anseios de todos os integralistas” condensa a imagem de um grupo cimentado de ponta a ponta, portador de uma espécie de vontade política única, vontade da qual o líder é expressão. É assim que o olhar para o chefe é, antes de tudo, o olhar para o próprio movimento, para aquilo que ele almeja, para seus ideais, para seus princípios. O militante integralista precisa reconhecer ali o movimento do qual participa, precisa reconhecer-se em sua figura e ali estabelecer uma relação com o todo do movimento.

O valor simbólico do chefe era assegurado por sua posição dentro do aparelho burocrático do movimento. Apesar de existirem órgãos de cúpula, seu caráter consultivo possibilitava que ao chefe coubesse sempre a palavra final, o que levou Héglio Trindade a classificar seu poder como sendo “centralizado, total e permanente”.¹⁵ De fato, os regulamentos da A.I.B. conferiam ao chefe um poder capaz de espantar qualquer pessoa

¹⁴ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983, p. 105.

¹⁵ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, SP: DIFEL, 1974, p. 172.

comprometida com princípios democráticos. Os “Protocolos” traziam em seus parágrafos:

- a) – Para os integralistas a pessoa do Chefe Nacional é intangível (Art. 9º dos Est)
- b) – É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar os atos do Chefe Nacional (Art. 7º dos Est)
- c) – É vedado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de suas funções, assim como dar opinião sem haver para isso a necessária solicitação. (Art. 8º dos Est).¹⁶

Talvez sejam estas as frases que melhor definam o caráter vertical do movimento. Toda possibilidade de crítica à maneira pela qual o poder é exercido está esmagada diante da intangibilidade do chefe. Intangibilidade que, por sua vez, possibilita o funcionamento da prática mencionada por Lefort: um indivíduo que se destaca, se desacorrenta do restante de um determinado corpo social para representá-lo em sua suposta unidade, assegurando-lhe sua identidade única.

É no mínimo curioso que Trindade tenha interpretado esta posição de intangibilidade do chefe como resultado de uma personalidade “pusilânime”. Para o autor, a fragilidade de Salgado enquanto político é que leva à necessidade de afastamento de qualquer possibilidade de crítica a sua liderança, afinal, “só um chefe fraco tem necessidade de impedir toda forma de interpelação de seus subordinados e de se proclamar ‘perpétuo’ e ‘intangível’”.¹⁷ A reafirmação constante do poder do chefe aparece como resultado de uma “insegurança em relação a si próprio”, ligada inclusive a uma espécie de compensação psicológica, produto de “sua estatura pequena e franzina” e de seu amedrontamento diante de outros pretensos líderes integralistas.

O peso da análise está jogado inteiramente sobre a figura pessoal de Plínio Salgado, o que nos faz ter a impressão de que o cargo de chefe teria se configurado com base em suas características pessoais, quando na verdade este cargo é fruto de uma maneira de conceber o sistema político. A intangibilidade

¹⁶ Panfleto “Protocolos e Rituais”, p. 7. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

¹⁷ TRINDADE, Hégio. *op. cit.*, p. 177.

do chefe não se deve a Salgado, mas às concepções políticas de um movimento fascista que tem na figura do chefe um elemento essencial na ordenação de princípios autoritários como a disciplina e a obediência. A impossibilidade de contestação de sua autoridade está diretamente vinculada ao papel simbólico que desempenha perante o grupo: o de unificador. É a ficção política da unidade que possibilita a organização de uma estrutura burocrática onde um único sujeito é capaz de representar uma doutrina e, por isso mesmo, de encarnar os anseios de todos aqueles que fazem parte desta doutrina.

Seja qual for a explicação que se busque para o papel do líder nos movimentos fascista, haverá sempre surpresa diante da constatação da amplitude de seu poder, seja ele real ou simbólico. Numa trama política baseada numa série de ficções atemorizantes, o líder figura como um espaço privilegiado de manifestação destas ficções e é por isso que não se pode compreender sua atuação política sem ligá-la àquilo que ele representa para o movimento. Ele é o guia, que comanda o movimento e a nacionalidade como um todo e quanto a isso nada é mais esclarecedor que as palavras escritas em um verbete de *Brasil Feminino*:

“Plínio Salgado, o nosso CHEFE, o grande brasileiro cujo poder orientador está despertando o Brasil; o homem que criou e está pregando a mais bela doutrina filosófica e que, com ela está criando uma nova consciência nacional; o poeta; o escritor; o político singular; o arregimentador de 1.300.000 voluntários patriotas, é também, o maior dignificador da MULHER, exigindo para ela o respeito e a admiração de todos, e exigindo dela todo o esforço próprio para ocupar, dignamente, o seu justo lugar em face da nacionalidade! (...)”¹⁸

Apresentados os personagens, resta-nos o enredo. Em se tratando de rituais de massa, os protocolos estabeleciam logo de início a obrigatoriedade do comparecimento e participação dos camisas verdes em concentrações do movimento. Sua ausência injustificada era considerada como falta grave, sendo passível de registro na ficha do faltoso. De imediato a intransigência do regulamento já demonstra o quanto a participação nos eventos era

¹⁸ *Brasil Feminino*, n. 38, nov. de 1937, p. 21.

considerada importante para o movimento, que queria ver suas fileiras repletas de militantes. Enquanto estes deveriam chegar antes, o chefe apresentar-se-ia somente quando tudo já estivesse devidamente organizado: sua entrada não podia ser feita em meio à baderna e ao tumulto, ela tinha de ser solene, majestosa.

Em geral as grandes concentrações públicas integralistas fora dos núcleos ocorreram em torno de marchas e desfiles. De proporções diversificadas, por vezes estas marchas e desfiles chegaram a ser realizadas em nível nacional, movendo grande contingente de pessoas vindas de todos os cantos do Brasil, e, outras tantas vezes, não passaram do nível local, mobilizando apenas o núcleo correspondente. O tamanho do empreendimento variava bastante, não ocorrendo o mesmo com as balizas que coordenavam o modo pelo qual era realizado.

Estas manifestações encaixavam-se perfeitamente ao projeto integralista. Ao mesmo tempo em que garantiam às massas certa mobilização, despertando-lhes os sentimentos nacionalistas e exortando uma série de valores pregados pelo movimento, o faziam de modo vertical, organizando-a com toda a rigidez possível. Era preciso trazer o povo criança ao projeto integralista, mas sem deixar que ele o excedesse.

Lenharo, em análise sobre o Estado Novo mas que se aplica perfeitamente ao caso integralista, afirmou:

"A face sofisticada da elaboração do lema, seja no aspecto técnico, seja no conteúdo simbólico enrustido, aparece na escolha seletiva da palavra marcha. Sutilmente, a propaganda do regime foi despejando dispositivos de participação militarmente concebidos. A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas, acima de tudo, disciplina."¹⁹

Canalizados para a marcha integralista, estes valores faziam da massa uma multidão controlada. O ato de marchar enquadrava a massa, exigindo dela

¹⁹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papyrus: Editora da UNICAMP, 1986, p. 74.

um comportamento específico, um comportamento disciplinado. Mobilizar disciplinadamente, essa era a tônica do espetáculo.

Uma notícia do jornal “A Offensiva”, narrando uma marcha ocorrida em São Paulo, deixa claro este aspecto. Dizia ela:

“Foi um espetáculo de uma imponência majestosa, em que se conjuraram dois elementos nem sempre coincidentes: o rigor da disciplina e da precisão de movimentos da tropa, e a vibração popular.

As paradas militares atraem normalmente grande massas de curiosos, mas essas massas quase sempre são frias. Os comícios políticos aglomeram multidões vibráteis, mas estas se apresentam desordenadas.

A demonstração dos “camisas-verdes” de São Paulo harmonizou as duas coisas, mas teve acima de tudo a consagrada, a frenética e nervosa palpação da massa popular, que se adensou em número superior a 40.000 pessoas, na Praça da Sé e em número aproximado de 100.000, se acrescentarmos a multidão que estacionou ao longo das ruas por onde se deu o desfile.”²⁰

A referência inicial aos movimentos corporais demonstra bem as minúcias do controle. Os passos, os gestos, as falas, tudo é cronometrado para ser executado contida e simultaneamente. As atitudes físicas são encenadas de forma a criar uma série harmônica de movimentos. Tudo faz lembrar uma coreografia onde cada um deve executar seus passos com precisão, a fim de que a dança forme um todo regular e harmônico.

Renata Duarte Simões percebeu este aspecto. Para ela:

“A ordenação do corpo integralista estabelece cada comportamento exigido do ‘camisa-verde’ nesses rituais. O erguer dos braços, a posição ereta do corpo, a manutenção do silêncio, o verbalizar em alto tom os juramentos e hinos, além de demonstrarem uma ordenação ideológica, delimitam um modo de ser integralista corporalmente, nos eventos promovidos pela A.I.B.

²⁰ *A Offensiva*, n.7, 28 de junho de 1934, p. 1.

O corpo educado reflete as intenções do movimento de se fazer parecer uno e harmônico em suas atitudes.”²¹

Não há exemplo mais claro deste controle corporal que a saudação integralista. Pensada em seus mínimos detalhes, a saudação exigia uma sequência de movimentos através dos quais o subordinado demonstrava respeito pela hierarquia, reafirmando o princípio da autoridade. Esta sua função fez com que fosse organizada uma série de regulamentos sobre como proceder frente aos mais diversos níveis de autoridade. Dividida em duas partes fundamentais, a saudação compreendia o gesto e o grito anauê. Sobre o primeiro, os protocolos previam que:

“Art. 52 – O gesto que exprime o ideal integralista é feito do seguinte modo: soerguimento brusco do braço direito, distendido pela frente, até a posição vertical, servindo a cabeça de ponto de referência; palma da mão voltada para frente, com os dedos unidos; braços esquerdo arriado naturalmente”²²

Já em relação ao grito “Anauê”, especificavam sua origem afirmando ser indígena e significar “você é meu parente”, justificando que a palavra derivava do fato do integralismo ser uma grande família. A entonação da voz era definida pelo artigo 55:

“Art. 55 – A exclamação Anauê ! Será pronunciada em voz natural, quando a saudação for individual, e com voz forte, clara e decidida, quando for coletiva.”²³

Ao unir gesto e grito, a saudação fazia do corpo do integralista um espaço de projeção ideológica. A organização dos movimentos é feita de acordo com um conjunto doutrinário que determina as significações das atitudes corporais. Cada uma das partes da saudação tem seu significado, e expressa

²¹ SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938)*. 2009. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 115.

²² Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 18. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

²³ Panfleto “Protocollos e Rituaes”, p. 18. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

determinada ideia: desde o grito que evoca a solidariedade do grupo até o braço erguido em respeito à autoridade, tudo é determinado simbolicamente.

O mover-se não é livre, não ocorre segundo a própria vontade, ele exige controle ou, melhor dizendo, autocontrole, disciplina.

Durante as marchas, as saudações eram realizadas em diversos momentos. Em geral, sua execução obedecia ao comando daquele que estivesse à frente do grupo, conduzindo-o. Como prova de respeito à autoridade, nada mais natural que ela partisse de uma ordem proferida por alguém que fosse superior em termos hierárquicos, afinal, já aí se iniciava sua tarefa disciplinadora. O fato de serem dirigidas ao chefe fazia com que possuíssem um tom especial. Segundo Bertonha:

“Tal primazia do Chefe é evidente dentro da simbologia. Os simples gestos de saudação ‘Heil Hitler’ ou ‘Salute il Duce’ representam atos quase religiosos de aproximação com as figuras do Fuher ou do Duce. Já nas grandes solenidades, os participantes eram agrupados e reagrupados justamente ao redor dessa figura todo poderosa: o líder. Ele é apanhado como ponto central para o qual tudo converge e sua presença, real ou representada, conferia à cerimônia a sua própria razão de ser, já que ele era a encarnação viva da unidade a que todos deveriam reiterar sua subordinação.”²⁴

Ao orientar sua saudação ao chefe, os militantes canalizam para ele suas energias. Os braços estendidos e gritos transformam aqueles que os executam num grande e caudaloso rio, que corre regularmente numa só direção para o ponto de deságue. Chefe e massas são confrontados: colocados um diante do outro fazem explodir a mística entre o guia e seu exército, entre o ideal integralista personificado e os que nele se vêem representados. Simbolicamente, Salgado é aquele que (co)ordena a multidão, é o eixo a partir do qual ela se move.

Não é de se estranhar a observação de Bertonha, que relaciona o líder com a unidade. O mito integralista de uma sociedade única, coesa, onde cada um dos membros faz parte de um todo indiviso e harmônico, capaz de

²⁴ BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do integralismo: Controle e Propaganda Política no Brasil dos anos 30. In: *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá, PR: Ed. UEM, 2008, p. 252.

caminhar em perfeita sincronia, deve muito ao líder. Através do estatuto que o acompanha, o de maior e incontestada autoridade, ele centraliza o poder, fazendo com que todos se submetam às mesmas ordens e princípios. A hierarquia rígida mantém, ao menos em tese, a uniformidade.

Na execução das marchas é exatamente isso o que acontece. A harmonia dos movimentos é determinada pelo fato de terem no chefe o seu referencial. Os camisas verdes fazem a saudação a ele, prestam-lhe o juramento e passam em revista por sua figura. Em todos os momentos ele é a referência em torno da qual os movimentos se organizam, permitindo que sejam executados para um só ponto e de uma só forma. Voltando à marcha ocorrida em São Paulo, ficamos sabendo que:

“Terminado o juramento a banda tocou o Hino Integralista, que os milicianos cantaram. A seguir, o Chefe Nacional, dirigindo-se à tropa, gritou: “Camisas-verdes!” A tropa respondeu numa só voz: “Pronto!” O Chefe exclamou: “Por Deus, pela Pátria, pela Família, pelo Brasil grandioso, que construiremos com a energia da nossa inteligência e a violência de nossos braços, ergamos os nossos anauês à Unidade da Pátria e à Revolução Integralista!”

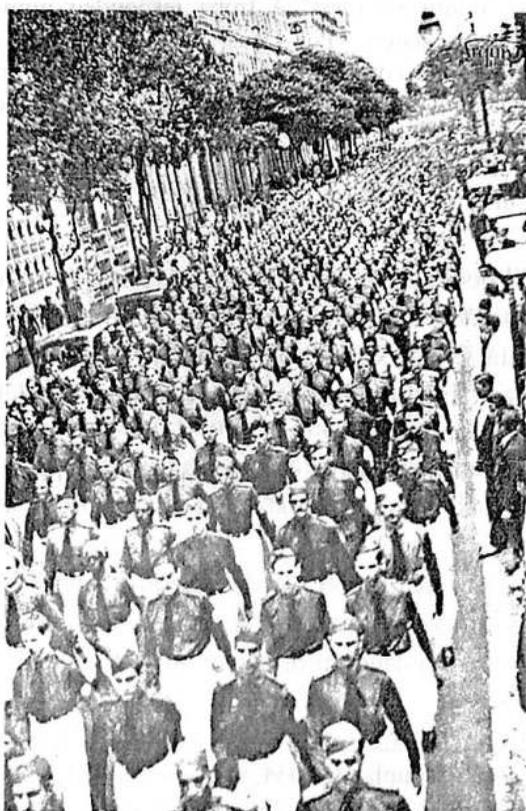
Três mil bocas soltaram, reboante, formidável, imponente, a saudação integralista: “Anauê! Anauê! Anauê!”²⁵

Três mil bocas integralistas somadas, eis aqui a unidade. Falar junto, com igual entonação e a mesma sentença, nada poderia ser mais valoroso ao desfile integralista. O ato expressa perfeitamente o que se esperava da unidade: as três mil vozes articuladas, organizadas e disciplinadas deixam de ser três mil para ser uma única, uma só voz.

As imagens publicadas na revista *Anauê*²⁶ permitem ter um panorama deste aspecto:

²⁵ A *Offensiva*, n. 7, 28 de junho de 1934, p. 1.

²⁶ *Anauê*, n. 22, dez. 1937, p. 22, 27 e 28.





A indistinção entre os participantes é um dado fundamental apresentado pelas imagens e que reforça a unidade. Nelas tem-se a nítida impressão de que cada indivíduo está dissolvido na coletividade maior da qual faz parte: ninguém destoa, ninguém se diferencia. O anonimato do desfile compõe

perfeitamente com a ideia de uma massa humana ordenada enquanto massa, ou seja, enquanto conjunto. O próprio símbolo do integralismo, o sigma, indicava soma, prevendo que os indivíduos deveriam ser incorporados num resultado maior, numa totalidade.

Nesta adição, um elemento chama atenção especial por sua característica unificadora: o uniforme. Utilizado extensivamente pelos integralistas, o uniforme tornou-se um símbolo do movimento, que passou a ter seus membros denominados de “camisas-verdes” numa clara alusão à cor da camisa integralista. Composto da camisa verde com um sigma fixado no braço esquerdo, gorro também verde, calça branca ou preta, cinto e sapatos pretos, o uniforme fazia com que todos os integralistas se apresentassem publicamente de forma idêntica, sem quaisquer marcas de personalidade.²⁷

Samuel Mendes Vieira e Leandro Pereira Gonçalves concluíram a este respeito que:

“O uniforme, além dos gestos e ritos, cumpriu a tarefa da visualidade, da estética. A singularidade que as roupas podem exprimir é extinta a partir do momento em que se impõem regras unificadoras para o traje dentro de uma organização. Dessa forma, gera-se uma imagem e uma identidade que trazem um sentido de identificação e unidade entre os membros.”²⁸

O mais curioso é que esta função do uniforme já era percebida pelos integralistas. Em um artigo intitulado “Nosso Uniforme”, publicado na revista *Brasil Feminino*, o autor desconhecido dizia:

“(...) É necessário, indispensável, que as mulheres integralistas, em geral, se disponham a observar a necessidade de usar o uniforme em toda e qualquer reunião, festa ou solenidade da A.I.B, seja qual for a solenidade, cidade, vila ou lugarejo onde se realizem para que os estranhos ao Movimento, que

²⁷ Os únicos casos em que o uniforme trazia marcas destoantes eram aqueles em que se tratasse de uma autoridade. Esta poderia exibir suas insígnias, pequenos marcos de distinção que evidenciavam a posição da respectiva autoridade nos quadros hierárquicos do movimento

²⁸ VIEIRA, Samuel Mendes; Gonçalves, Leandro Pereira. “*Plínio, com que roupa eu vou?!: as roupas como elemento unificador da ação integralista brasileira*”. In: *CES Revista*, v. 24. Juiz de Fora, p. 197.

nos analisam por todos as formas, não tenham que censurar nada, antes aplaudir a unidade perfeita que deve existir entre nós e se manifestar em qualquer emergência.

Nada mais belo do que uma concentração integralista!

Nada mais expressivo, do que uma uniformidade na apresentação das nossas massas disciplinadas, coesas e arregimentadas, mas também nada mais chocante do que vemos, nos quadros femininos, das concentrações ou solenidades, a diversidade de uniforme, que varia desde a cor e o modelo da própria "blusa" simbólica, até a cor e o modelo das saias, calçados e dos chapéus, contrastando com a severa observância apresentada pelos bravos 'camisas-verdes', nossos companheiros de ideal e de civismo."²⁹

O uniforme é camisa de força: ele prende, disciplina, regra, torna tudo igual. Há um medo da diversidade, a diferença espanta, ela não é bem vista. Não há como ser de outro modo: num cálculo onde tudo se soma, onde tudo deve se fazer um, não há espaço para a singularidade do indivíduo.

Bertonha resumiu ao dizer que:

"(...) Interessante notar também que os participantes desses desfiles só valiam enquanto massa e anônimos. A diferença pessoal não tem importância. Eles devem estar sempre juntos, marchando e carregando a bandeira, dando a impressão exata de serem impulsionados por uma só máquina e obedecerem a um só comando."³⁰

Esta cênica da unidade não foi privilégio das marchas. Outras cerimônias instituídas pelo movimento operaram na mesma dimensão. A "Noite dos Tambores Silenciosos" e as "Matinas de Abril" são exemplos claros. A primeira delas, instituída pelo movimento para lembrar "a amargura dos camisas-verdes pela extinção de sua milícia", evidencia os mesmos aspectos.

Marcado para o dia 7 de outubro, o ritual previa que às 21 horas fosse aberta a sessão, tendo como presidente o integralista "mais pobre, mais humilde, que representará o Chefe Nacional". Uma vez iniciada a sessão, os

²⁹ Brasil Feminino, n. 36, set. 1937, p. 38.

³⁰ BERTONHA, João Fábio. *Op. cit.*, p. 256.

mártires integralistas eram evocados, sendo considerados como presentes na cerimônia. Seguiam-se os juramentos ao chefe e à bandeira, a leitura do Manifesto de Outubro e a explanação de um orador até a meia noite, quando aquele que estivesse à frente da cerimônia deveria dizer:

“É meia noite. – Em todas as cidades da imensa Pátria, nos navios, em alto mar, nos lares, nos quartéis, nas fazendas e estâncias, nas choupanas do sertão e nos cárceres, os Integralistas do Brasil vão se concentrar três minutos em profundo silêncio.

É a noite dos Tambores Silenciosos!

Atenção! (uma ou mais caixas surdas batem devagar, durante esses três minutos).”³¹

Decorridos os três minutos, durante os quais os integralistas deveriam realizar uma prece denominada “Oração dos Tambores” e finalizadas as batidas de tambor, o presidente da sessão pronunciaria as seguintes palavras:

“Esta cerimônia acaba de ser realizada em todas as cidades e povoados de todas as Províncias do Brasil. O Chefe está falando neste momento na capital do País. A sua palavra exprime o Pensamento e o Sentimento de um milhão de camisas-verdes vigilantes que montam guarda às tradições da Pátria e cujos corações batem, como um milhão de tambores que nenhuma força poderá fazer calar porque eles pertencem a Deus e anseiam pela grandeza da posteridade nacional.”³²

As “Matinas de Abril”, criadas para celebrar a primeira marcha integralista ocorrida em São Paulo em 23 de abril de 1933, são outro exemplo expressivo. A cerimônia realizava-se no núcleo, logo pela manhã, mais precisamente meia hora antes do nascer do sol. Ao despontar dos primeiros raios solares, os camisas-verdes fariam sua saudação e logo em seguida cantariam o hino do movimento tendo que, na sequência, permanecer em silêncio por dois

³¹ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 18. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

³² Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 18. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

minutos. Terminados os minutos, mas em posição de sentido, a autoridade que estivesse à frente do ato diria:

“(…) Camisas-verdes! Este sol iluminou quatro séculos da História Brasileira; iluminou a primeira marcha dos Integralistas e iluminará a Vitória do Sigma! Assim como esperamos, hoje, a alvorada, aguardamos confiantes o dia do Triunfo! Pelo Brasil! Pelo Estado Integral, três Anauês! Todos responderão os Anauês.”³³

A cosmogonia impressiona. Todos os integralistas, de todos os lugares da pátria, realizam o mesmo gesto no mesmo momento. Ainda que nem todos estejam reunidos em um só local, há entre eles uma comunhão de pensamento: eles desejam a mesma coisa. O grande maestro desta orquestra, o chefe nacional, coordena até mesmo as batidas dos corações, fazendo com que vibrem numa só toada. Os camisas-verdes são como um grande vetor que aponta para um só sentido.

A unidade abstrata veiculada por estas cerimônias tecia níveis de identidade entre os militantes. Colocados lado a lado para executar a coreografia, entre eles estabelecia-se uma relação de pertença, com o sentimento de fazerem parte de um mesmo grupo. Ao julgar o grupo como homogêneo, a identidade era construída mostrando que todos os integralistas estavam perfeitamente articulados no ideal, que eram um só corpo a mover-se ordenadamente.

A dinâmica pelas quais se faziam os rituais, reforçando valores como a autoridade, a ordem, o controle e a disciplina trazem uma questão que é seu pano de fundo: seriam elas efetivos canais de participação?

Bertonha respondeu à questão da seguinte forma:

“Tal rigidez e autoritarismo da estrutura da Ação Integralista Brasileira – que podem ser confirmados com uma simples verificação do organograma administrativo do movimento – implicou numa concepção de participação política alternativa e ilusória. Tal participação – conseguida principalmente pela presença das massas dentro das grandes solenidades e rituais –

³³ Panfleto “Protocollos e Rituales”, p. 55. Documento 051.024.004: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

elevava os militantes a uma posição ilusória de decisão dentro da estrutura partidária (...).”³⁴

De fato, a rigidez do movimento não reservava aos militantes uma participação plural e reivindicatória, onde cada qual pudesse manifestar-se segundo sua própria vontade. A participação integralista estipulava que cada um executasse o plano que lhe tinha sido destinado, sem nele interferir, contribuindo para que acontecesse de forma exemplar.

Os rituais reforçavam esta ideia, já que seu modo de lidar com as massas previa para elas um lugar bem definido, onde imperasse um conjunto de regras estático. Mobilizar de forma controlada, já disse anteriormente ser esta a bandeira do integralismo para a multidão, tão bem expressa pelo ideal de militarização da sociedade. Contudo, será mesmo que os rituais consistiam de uma participação ilusória?

Embora saibamos que as cerimônias não contribuíram enquanto espaços de reivindicação e decisão, elas faziam com que o militante participasse politicamente, demonstrando sua adesão ao movimento. É difícil imaginar que aqueles que marchavam tivessem a ilusão de estar tomando decisões políticas, contudo, é possível pensar que ali ratificavam sua adesão ao projeto político integralista, cultuando os valores propostos pelo movimento. A cenografia permitia ao integralista viver o movimento, praticá-lo e, assim, mesmo que de forma restrita, construí-lo enquanto movimento de massa.

Por isso é que a cenografia é tão importante ao integralismo. Mais do que mero adorno, ela é uma das formas pelas quais os militantes interagem com seu ideal, manifestando acreditar nele e procurando vivê-lo. Ela constrói a militarização; o controle; a regra; sua função é ensinar, educar, disciplinar.

Como nos ensinou Lenharo, marchar é ato de fé, de fé quase cega, fé delirante, atordoante, fé que escraviza, pois que nega a liberdade plena. Sem fé, nenhum destes rituais seria possível; sem rituais, a fé não poderia ser vivida e alimentada em toda a sua intensidade; sua junção: eis aqui traçada a trama política do cerimonial.

³⁴ Bertonha, João Fábio. *op. cit.*, p. 246.

[Conclusão]

No dia 25 de Abril de 1936, “A Offensiva” trazia um artigo de Salgado intitulado “Perante o Tribunal da História”, no qual o autor afirmava:

“Escrevo estas linhas, meus caros camisas-verdes, como subsídios, para a História da nossa Pátria. Um dia, o historiador terá de estudar este momento que atravessamos. Dentro deste momento, a posteridade encontrará o Integralismo. Terá de estudá-lo na sua significação, na sua extensão, no seu volume, na sua projeção nacional e na sua repercussão no estrangeiro. (...) O crítico da história examinará o que representou o Integralismo, como reação do organismo nacional, penetrado do vírus deletério da corrupção (...). Deduzirá conclusões para os julgamentos que pertencem ao Futuro.”¹

O futuro chegou e com ele vieram os historiadores. Não só historiadores, mas também sociólogos, cientistas políticos, filósofos: todos chegaram para fazer os julgamentos. Se por um lado Plínio Salgado tinha razão em sua previsão, certamente errou ao imaginar o que diriam estes profissionais.

Quando comecei a ler os textos sobre integralismo, sobretudo aqueles produzidos nos anos setenta, tive a impressão de que se tratavam de verdadeiras denúncias. No tribunal da história, o integralismo era forçado a se sentar no banco dos réus. Os argumentos dos autores, embora diferentes, eram como dedos a apontar sua culpa na tentativa mais do que justa de incriminá-lo. Ao reler meu próprio texto não tive impressão diferente.

Entre julgar e compreender o historiador deve optar sempre pela segunda, assim ensinou-nos Bloch. Ao historiador não cabe a tarefa de vestir a toga para sentenciar um tempo que não é o seu próprio, antes lhe cabe entender este tempo. Entretanto, é preciso pensar até que ponto as operações são excludentes. No caso específico do integralismo, não há como deixar passar despercebida toda uma série de implicações políticas negativas. Ele é o pesadelo dos anos trinta, como nos diz Trindade, e é por isso que seus intérpretes o condenam. Fazem-no, porém, justamente por compreendê-lo.

¹ SALGADO, Plínio. Perante o Tribunal da História. In: A Offensiva, n. 165, 25 de abril de 1936, p. 2.

A compreensão histórica, embora diversa, é a matriz através da qual se profere a sentença.

Dirão alguns: mas de que adianta condenar o integralismo agora? É verdade que hoje em dia ainda há neo-integralistas, reunidos aqui e acolá na tarefa de tentar reviver os ideais do movimento, mas não são eles os únicos que nos preocupam. O integralismo não foi um movimento arquitetado por meia dúzia de homens que manipularam as pessoas segundo suas capacidades oratórias fabulosas: ele foi um projeto político. Seu sucesso nos anos trinta se explica justamente por ter sido amplamente aceito por determinados setores da sociedade, que se viram nele representar e que dele participaram, como mostram os rituais abordados neste estudo. A sociedade não foi sua vítima, foi sua cúmplice, construiu com ele sua extensão, pois que apostou em seu projeto.

Passados oitenta anos muito do integralismo parece estar vivo. Vagando por aí, o pensamento autoritário continua a angariar seus adeptos. Institucionalmente organizado ou informalmente difundido no cotidiano, ele exibe sua tirania a todos que a queiram presenciar e assim encontra cada vez mais respaldo na sociedade. As expressivas votações de Enéas Carneiro, os recentes episódios envolvendo o Deputado Jair Bolsonaro, a ascensão midiática de figuras como Datena, Alborghetti, Luiz Carlos Prates e a mais recente tentativa de refundação da ARENA por um grupo de estudantes são indícios claros de que o autoritarismo ainda possui seu lugar cativo na cena política brasileira.

Se o integralismo enquanto tal já não representa mais a força de outrora, muitas de suas ideias estão longe de ser aniquiladas. O combate a elas tem que ser intenso e ininterrupto, não pode haver tréguas. O perigo do autoritarismo é sempre real. Refletir sobre ele no passado é não só uma forma de encorajarmos para a luta, mas, sobretudo, um meio de nos armarmos para ela.

[fontes e bibliografia]

Fontes impressas:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

BERTONHA, João Fábio. "A máquina simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30". In: BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá, PR: Ed. UEM, 2008.

_____. "Integralismo: um movimento fascista? Uma perspectiva simbólica". In: Boletim do Centro de Memória. Campinas: v. 5, n. 9, PP. 25-32, 1993.

_____. "Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo Italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil.". In: Revista Brasileira de História – Estado e Controle Social. São Paulo: v. 21, n. 40, PP. 85 a 105, 2001.

_____. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: FUNEP (Unesp), 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BULHÕES, Tatiana da Silva. *Evidências esmagadoras dos seus atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

- CALDEIRA, João R. de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte; São Paulo, SP: UNA: AD Hominem, 1999.
- CHAUÍ, M. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", In: CHAUÍ, M; FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*, Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos C. "Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lúcia Maria V; CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro, RJ; Belo Horizonte: Ed. da UFRJ: Editora da UFMG, 1997.
- FAUSTO, Bóris. *O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.
- FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial 1933-1937*. Salvador: Editora da UFBA, 2009.
- GERALDO, Endrica. *Entre a raça e a nação: a família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930*.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba, RS: Sob Medida, 2011.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: F Briguiet, 1954.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas- SP: Papyrus, 1989.

MALVANO, Laura. “O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano”. In: LEVI, Giovanni; SCHIMIDTT, Jean-Claude. *História dos jovens 2º: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. “Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)”. In: GOMES, Ângela M. de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004.

PROST, Antoine. “Fronteiras e espaços do privado”. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerárd. *História da vida privada*. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009, vol. V.

SALGADO, Plínio. *A mulher no século XX*. In: *Obras completas*. São Paulo, Editora das Américas. 1955, vol. 8.

- SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. In: *Obras completas*. São Paulo, Editora das Américas. 1955, vol. 5.
- SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. In: *Obras completas*. São Paulo, editora das Américas, 1954, vol. 7.
- SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação!*. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1935.
- SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 1933.
- SILVA, Rogério de Souza. “A política como espetáculo”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 25, n. 50, 2005.
- SOMBRA, Luiz Henrique; GUERRA, Luiz Felipe Hirtz. *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Publico do Estado, 1998.
- SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- TRINDADE, Héliog. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, SP: DIFEL, 1974.
- _____. “Integralismo: Teoria e Práxis Política nos anos 30”, In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III – Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1981.
- VASCONCELLOS, Gilberto. *A ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: brasiliense, 1979.
- VIEIRA, Samuel Mendes; GOLÇALVES, Leandro Pereira. “Plínio, com que roupa eu vou?!: as roupas como elemento unificador da ação integralista brasileira”. In: *Revista CES*, v. 24, PP. 187 – 200. Juiz de Fora.
- WOOLF, Stuart. “Les cérémonies du fascism”. In: MILZA, Pierre. *Art et fascisme*. Bruxelles: Complexe, 1989.